

# O PATRIMÔNIO À LUZ DO SOCIAL



# O PATRIMÔNIO À LUZ DO SOCIAL

anteprojeto de Centro Integrado de Assistência Social  
para a Rua da Glória, Recife/PE

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Artes e Comunicação  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Ícaro dos Santos Barros Correia  
Orientador Paulo Andrade Raposo



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Correia, Ícaro dos Santos Barros.

O Patrimônio à Luz do Social: anteprojeto de Centro Integrado de Assistência Social para a Rua da Glória, Recife/PE / Ícaro dos Santos Barros Correia. - Recife, 2023.

101 : il., tab.

Orientador(a): Paulo Raposo Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Patrimônio histórico. 2. Conservação e restauro. 3. Bairro da Boa Vista. 4. Intervenção arquitetônica. I. Andrade, Paulo Raposo. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

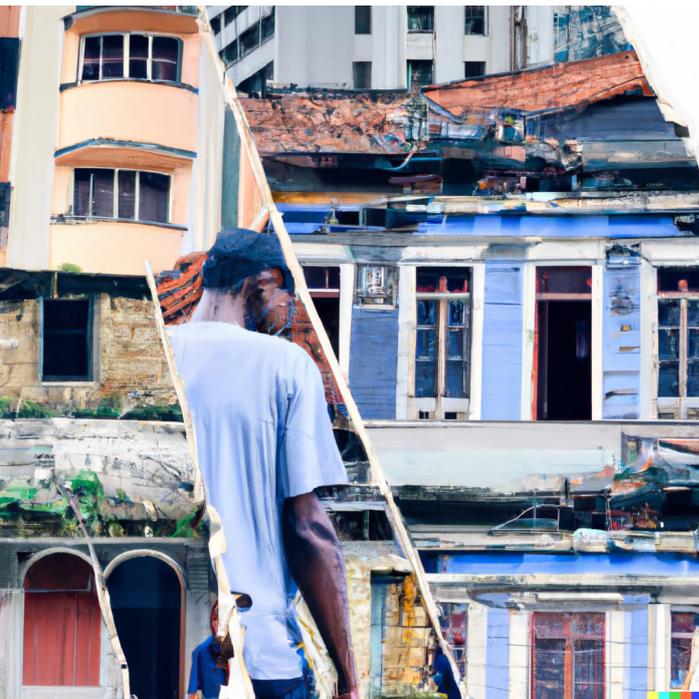
Com as lágrimas do tempo  
E a cal do meu dia  
Eu fiz o cimento  
Da minha poesia.

E na perspectiva  
Da vida futura  
Ergui em carne viva  
Sua arquitetura.

Não sei bem se é casa  
Se é torre ou se é templo:  
(Um templo sem Deus.)

Mas é grande e clara  
Pertence ao seu tempo  
- Entrai, irmãos meus!

Poética II, Vinicius de Moraes



# AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a minha mãe, mestra do meu barco, pelo apoio incondicional ao longo de toda vida, definitivo para que eu chegasse até aqui. À memória de Bilota e Dona Helena, matrizes dessa trajetória que me coloca hoje onde elas nunca puderam estar.

Ao professor Paulo Raposo, por compartilhar de seu olhar crítico e instigante sobre o fazer da arquitetura, essencial para o desenvolvimento desse trabalho, mesmo que o resultado passe longe da perfeição. A Milton Botler, pela compreensão de sempre e pelos ensinamentos diários sobre a profissão que escolhi exercer.

Aos meus queridos amigos, Igor, André, Julia, Tainá e Hopper, pelo companheirismo e presenças definitivas para a luminosidade dos meus dias. A Marina, pela parceria que agilizou o processo produtivo deste trabalho.

Ao restante da minha família, tios e primos, bases sólidas de minha identidade.

À Universidade Federal de Pernambuco, por ter sido o berço de minha juventude e fundamental para meu desenvolvimento humano.

Bravos!

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Ocupação da Boa Vista no início do século XVIII
- Figura 2:** Procissão de encontro no Pátio de Santa Cruz
- Figura 3:** Ocupação da Boa Vista na metade do século XIX
- Figura 4:** Equipamento de incineração instalado na área dos Coelhos
- Figura 5:** Início da ocupação da comunidade Coelhos, 1905
- Figura 6:** Esquema da estruturação doméstica dos sobrados
- Figura 7:** Sobrado na esquina da Rua Leão Coroado com a Rua da Glória, onde funcionou sinagoga judaica, 1940
- Figura 8:** Ponte 6 de março, inaugurada em 1920
- Figura 9:** Praça Maciel Pinheiro após ajardinamento
- Figura 10:** Rua Velha, 2011
- Figura 11:** Rua da Glória, 2011
- Figura 12:** Praça Maciel Pinheiro, 2023
- Figura 13:** Estado de preservação dos imóveis
- Figura 14:** Travessa do Veras, 2021
- Figura 15:** Mapa de delimitação da área de estudo
- Figura 16:** Número crescente de população em situação de rua no Recife
- Figura 17:** Frente Parlamentar pelo Centro do Recife e Recentro
- Figura 18:** Agulha de Notre-Dame, intervenção realizada por Viollet-le-Duc
- Figura 19:** Noção de escala entre as posturas intervencionistas.
- Figura 20:** Continuidade compositiva entre os volumes histórico e contemporâneos
- Figura 21:** Marcação da esquina e variações compositivas do edifício anexo.
- Figura 22:** Marcação da esquina e variações compositivas do edifício anexo.
- Figura 23:** Releitura do tratamento das esquinas.
- Figura 24:** Equilíbrio entre o mimético e o disruptivo.
- Figura 25:** Anexos construído junto ao casarão histórico.
- Figura 26:** Edifício histórico visto da perspectiva da rua.
- Figura 27:** Respiro de transição entre os volumes.
- Figura 28:** Momento da conexão das novas estruturas ao casarão histórico.
- Figura 29:** Perspectiva do topo da passarela de conexão
- Figura 30:** Mapa de delimitação da área de estudo
- Figura 31:** Diagrama explicativo à atuação do equipamento proposto
- Figura 32:** Estudo de setorização dos equipamentos incorporados
- Figura 33:** Esquema programático
- Figura 34:** Mapa de localização dos lotes selecionados
- Figura 35:** Setores de proteção ambiental da ZEPH 8
- Figura 36:** Lotes 187, 189 e 193 selecionados para o desenvolvimento do projeto.
- Figura 37:** Situação atual e década de 80.
- Figura 38:** Estudo dos padrões compositivos dos sobrados.

**Figura 39:** Edificação do lote 193 - atualmente versus década de 80.

**Figura 40:** Resquício remanescente da empena do sobrado desmoronado.

**Figura 41:** Anexos construídos na parte posterior do lote 193.

**Figura 42:** Interior da edificação 193.

**Figura 43:** Linha do tempo das edificações.

**Figura 44:** Mapa de danos

**Figura 45:** Rua da Glória nº 240 e 234

**Figura 46:** Rua da Glória nº 322 e 318

**Figura 47:** Rua da Glória nº 366 e 374

**Figura 48:** Esquema de identificação dos elementos construídos nos lotes.

**Figura 49:** Esquema de evolução do projeto.

**Figura 50:** Esquema de alocação do programa.

**Figura 51:** Esquema de distribuição dos fluxos a partir do anexo do lote 189.

**Figura 52:** Planta baixa térrea.

**Figura 53:** Planta baixa 2º pavimento.

**Figura 54:** Perspectiva dos edifícios do conjunto.

**Figura 55:** Perspectiva dos edifícios do conjunto.

**Figura 56:** Perspectiva do sobrado existente e anexo proposto.

**Figura 57:** Perspectiva lateral do anexo.

**Figura 58:** Fachada lateral e interface com a edificação histórica térrea.

**Figura 59:** Esquema de angulação das varandas.

**Figura 60:** Perspectiva do Abrigo Institucional.

**Figura 61:** Perspectiva interna do Abrigo Institucional.

**Figura 62:** Perspectiva interna do Abrigo Institucional.

**Figura 63:** Corte tectônico do anexo do lote 189.

**Figura 64:** Esquema estrutural

# SUMÁRIO

---

## **INTRODUÇÃO** **8**

---

### **1. O SÍTIO HISTÓRICO DA BOA VISTA ATRAVÉS DOS TEMPOS**

- 1.1 OS ALICERCES DE UM BAIRRO **10**
  - 1.2 PRESENTE E PERSPECTIVAS DE FUTURO **20**
- 

### **2. DEBATE NO CAMPO TEÓRICO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

- 2.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS TEORIAS **27**
  - 2.2 POSTURAS CONTEMPORÂNEAS **33**
  - 2.3 REFERÊNCIAS PARADIGMÁTICAS **35**
- 

### **3. PROJETO**

- 3.1 DELIMITAÇÃO DA ESTRATÉGIA **46**
  - 3.2 SELEÇÃO E LEVANTAMENTO DOS LOTES **51**
  - 3.3 LEITURA DO CONJUNTO HISTÓRICO **63**
  - 3.4 PROPOSTA **67**
-

**5. APÊNDICES**

<b>5.1</b>	<b>APÊNDICE A: EVOLUÇÃO E PLANTA DE COBERTA</b>	<b>89</b>
<b>5.2</b>	<b>APÊNDICE B: PLANTA BAIXA TÉRREO</b>	<b>90</b>
<b>5.3</b>	<b>APÊNDICE C: PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO</b>	<b>91</b>
<b>5.4</b>	<b>APÊNDICE D: PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO</b>	<b>92</b>
<b>5.5</b>	<b>APÊNDICE E: CORTES</b>	<b>93</b>
<b>5.6</b>	<b>APÊNDICE F: DETALHE ARQUITETÔNICO E FACHADAS</b>	<b>94</b>
<b>5.7</b>	<b>APÊNDICE G: PERSPECTIVAS</b>	<b>95</b>
<b>5.8</b>	<b>APÊNDICE H: PERSPECTIVAS</b>	<b>96</b>
<b>5.9</b>	<b>APÊNDICE I: PERSPECTIVAS</b>	<b>97</b>
<b>5.10</b>	<b>APÊNDICE J: PERSPECTIVAS</b>	<b>98</b>
<b>5.11</b>	<b>APÊNDICE K: PERSPECTIVAS</b>	<b>99</b>
<b>5.12</b>	<b>APÊNDICE L: PERSPECTIVAS</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido tem por objetivo apresentar anteprojeto de Centro Integrado de Assistência Social para a Rua da Glória, localizada no sítio histórico da Boa Vista em Recife/PE. A proposta visa a requalificação de estruturas históricas degradadas e atribuição de uso mitigador à problemática social identificada na região.

O conteúdo se desenvolve ao longo de três capítulos que exploram individualmente as temáticas e instrumentos que embasam a proposta. O primeiro capítulo apresenta a caracterização do sítio histórico da Boa Vista, com a identificação dos processos que culminaram no ambiente de fragilidades sociais e infra estruturais identificadas. Neste capítulo, é traçada a trajetória histórica da área, desde o início de sua ocupação no século XVIII e ao longo dos séculos, quando é iniciado o declínio do sítio histórico e ocorrem mudanças sucessivas no perfil social dos residentes. O Sítio Histórico da Boa Vista passa a ser um espaço de convergência para populações migrantes, empobrecidas e marginalizadas e atualmente sofre com a progressiva evasão habitacional e abandono dos edifícios, além da degradação física dos espaços públicos e do tecido histórico, que são alvo de alterações e descaracterizações paulatinas.

O segundo capítulo explora as teorias de conservação e restauro que embasam as ações projetuais previstas para os lotes selecionados, integrantes do conjunto arquitetônico da Rua da Glória. As teorias são apresentadas em um processo evolutivo, que permite entendimento crítico sobre as mudanças de paradigmas na atuação sobre o patrimônio histórico edificado ao longo do tempo, refletidas nas mudanças culturais da sociedade, até as convenções contemporâneas de boas práticas interventivas.

O terceiro capítulo apresenta o desenvolvimento do projeto, com a articulação de todos os elementos teórico-conceituais construídos ao longo das explanações anteriores. Para isso, é explorada a Política Nacional de Assistência Social e suas diretrizes técnicas, que delimitam o horizonte de atuação de cada equipamento previsto, o público-alvo, as ações desenvolvidas e os objetivos que se almeja alcançar por meio de suas utilizações.

O anteprojeto do Centro Integrado de Assistência Social para a Rua da Glória, Recife/PE, apresentado neste trabalho, busca a inserção harmoniosa da composição

programática e funcional dos equipamentos previsto ao conjunto histórico onde se instalam, alinhando-se às boas práticas de intervenção em patrimônio e em preocupação com a manutenção da leitura urbana do conjunto patrimonial.

## 1. O SÍTIO HISTÓRICO DA BOA VISTA ATRAVÉS DOS TEMPOS

### 1.1 OS ALICERCES DE UM BAIRRO

A ocupação do Bairro da Boa Vista teve início em meados do século XVIII, a partir da expansão da ocupação já consolidada na Ilha de Antônio Vaz, que corresponde aos atuais bairros de Santo Antônio e São José. A ocupação do bairro da Boa Vista se inicia precisamente no núcleo histórico que é alvo de desenvolvimento de estudos neste trabalho. Segundo Garcia (2012), o bairro começa se estruturar a partir da Rua Velha e já nas primeiras décadas do século XVIII é percebida a presença do núcleo conformado pelo cruzamento entre as atuais Rua da Glória, Rua Velha e Rua de São Gonçalo, onde consta registro da existência de casario edificado e dos principais monumentos religiosos da área, as Igrejas de Santa Cruz e São Gonçalo e o Recolhimento da Glória, segundo relato datado do início deste século.

segue desde o pé da ponte até uma igrejinha de São Gonçalo, e do mesmo lugar outra rua vai até o pátio da igreja de Santa Cruz. A rua que vai para São Gonçalo seria a primeira, porquanto a outra, a da Santa Cruz é considerada Nova – e quando outra rua surge, depois, a do Aterro, passa a tal nova se titular de Velha, e a Rua de São Gonçalo de Glória, a conta de um recolhimento de N. S<sup>a</sup> da Glória (MENEZES, 1988 apud. GARCIA, 2012, p.27).

Figura 1: Ocupação da Boa Vista no início do século XVIII



Fonte: Anais Pernambucanos. Adaptado.

Ludermir (2011) aponta que durante o século XVIII, a área da Boa Vista se tornou propícia para o uso habitacional devido à diversidade de atividades culturais, religiosas e de comércio itinerante realizadas nos pátios das igrejas. É nessa época que se inicia o processo de sucessivos aterramentos, que se repetem ao longo dos séculos seguintes e expandem a porção de terras correspondente ao atual bairro da Boa Vista. O primeiro desses aterros, ainda no século XVIII, deu origem à atual Rua da Imperatriz, onde desde cedo começaram a se concentrar atividades de comércio varejista nos sobrados de uso misto, com as unidades comerciais nos pavimentos térreos e as habitações nos pavimentos superiores. De acordo com Garcia (2012), nessa parcela do território se concentravam famílias financeiramente mais abastadas.

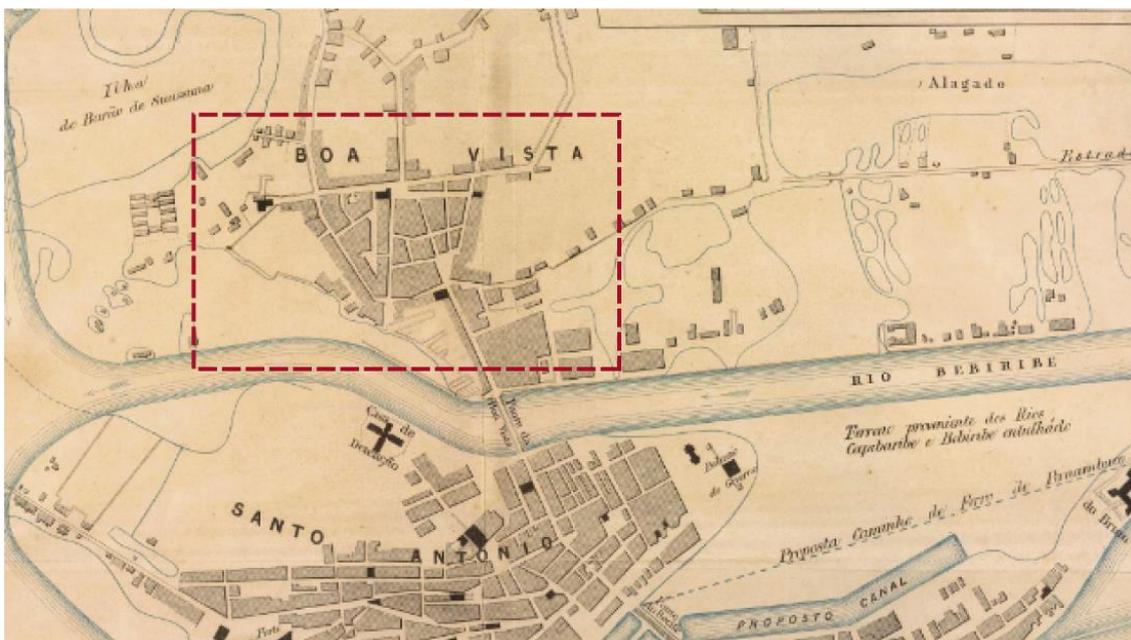
Figura 2: Procissão de encontro no Pátio de Santa Cruz



Fonte: Vila Digital FUNDAJ

No século XIX, com a ocupação do núcleo original já plenamente consolidada, ocorre desmoronamento do braço da ponte que criava conexão direta entre a área e a ilha de Antônio Vaz, um dos fatores que isola o território e culmina na diminuição de investimentos públicos voltados para a continuidade de seu desenvolvimento, em detrimento do eixo comercial da Rua da Imperatriz, que passa a figurar como prioridade e a essa altura apresentava edifícios de maior gabarito, com arrojo arquitetônico e loteamentos mais largos, em comparação aos padrões do núcleo original. Por conseguinte, o núcleo original se torna espaço secundário ao desenvolvimento de bairro, época onde é iniciado o processo de desvalorização da área, com depreciação do preço dos imóveis e mudança do perfil social residente, de famílias abastadas para uma classe social de menor poder aquisitivo (LUDERMIR, 2011).

Figura 3: Ocupação da Boa Vista na metade do século XIX



Fonte: Biblioteca digital luso-brasileira. Adaptado.

Ao longo do século XIX o bairro da Boa Vista se expande por meio de aterros e estende seu desenvolvimento em direção ao eixo norte da Rua da Aurora, com a adoção de novos padrões de loteamento que se distanciam progressivamente da tipologia colonial do núcleo original (GARCIA, 2012). A despreensão contínua do poder público para com a área acentua o processo já iniciado de desvalorização de seu tecido urbano, processo catalisado pela instalação de equipamentos degradantes à área, como matadouros, currais, curtumes e a ocorrência de epidemias que encontravam nas condições sanitárias precárias das tipologias coloniais o ambiente propício para se alastrarem. Nesse momento a área se torna ponto de convergência para populações migratórias em busca dos baixos preços de moradia praticados no mercado informal instituído no sítio. Nesse momento é percebido o início do processo de alteração das tipologias originais para abrigar usos de pensões e cortiços. Em paralelo, no final do século XIX já se identifica a ocorrência dos primeiros mocambos nas imediações do Hospital Dom Pedro II, que futuramente dão origem à comunidade dos Coelhos (LUDERMIR, 2011).

Figura 4: Equipamento de incineração instalado na área dos Coelhos



Fonte: Recife de antigamente

Figura 5: Início da ocupação da comunidade Coelhos, 1905

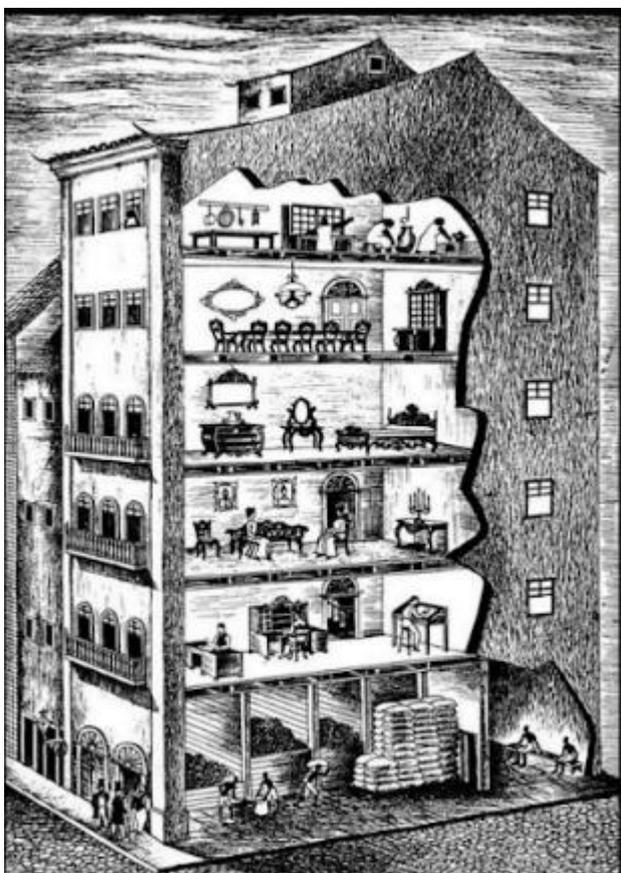


Fonte: Villa Digital FUNDAJ

Outro fator determinante para a evasão habitacional das classes mais abastadas, anteriormente residentes no núcleo original, foi a abolição da escravatura

no final do século XIX. A tipologia dos sobrados urbanos adotava um modelo de estruturação doméstica que utilizava os pavimentos inferiores como pontos comerciais, os pavimentos intermediários como moradia dos proprietários e, no último pavimento ou no intermédio da água furtada, o abrigo dos escravos. Com o fim da escravatura, a estrutura doméstica passa por reorganização que torna a tipologia obsoleta e de difícil aproveitamento. Nesse ponto, os sobrados passam a ser adaptados para abrigar o máximo de unidades habitacionais, inclusive com o reuso dos antigos cômodos e estruturas destinados aos escravos, com oferecimento de aluguel a baixo custo (LUDERMIR, 2011).

Figura 6: Esquema da estruturação doméstica dos sobrados



Fonte: Gilberto Freyre apud. Ludermir, 2011

No início do século XX, a desvalorização imobiliária no sítio histórico da Boa Vista cria um ambiente propício para a instalação massiva de judeus que chegam ao Recife em diáspora. A população judaica ocupou uma grande parte dos imóveis da Rua Velha, Rua da Glória, Rua da Imperatriz e imediações da Praça Maciel Pinheiro, instituindo uma comunidade sólida e bem estabelecida (LUDERMIR, 2011). A

presença dos judeus na Boa Vista modifica consideravelmente a paisagem do núcleo original, em especial devido à adoção da comunidade à rede manufatureira voltada ao trato da madeira. A instalação dos comércios de movelaria e marcenaria na área e a construção dos galpões de armazenamento de madeira na Rua José Mariano datam dessa época (LUDERMIR, 2005).

Figura 7: Sobrado na esquina da Rua Leão Coroado com a Rua da Glória, onde funcionou sinagoga judaica, 1940



Fonte: Villa Digital FUNDAJ

Ainda no início do século XX, o estabelecimento de novos padrões sanitários e a modernização das grandes capitais do Brasil impulsionam uma série de reformas urbanas no centro de Recife. Destacam-se a renovação urbana do Bairro do Recife, o alargamento de vias, a criação de praças e jardins, além da construção da Ponte 6 de Março, que transforma a Rua da Glória e a Rua Velha em corredores de passagem. O engenheiro sanitarista Saturnino de Brito tem papel fundamental nesse processo, ao chefiar obras de saneamento que contemplaram os principais bairros do centro, e incluíram construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pluvial ao tecido colonial do núcleo original da Boa Vista, cujas tipologias existentes passaram por adequação aos novos padrões sanitários em vigor (LUDERMIR, 2011).

Figura 8: Ponte 6 de março, inaugurada em 1920



Fonte: Recife de Antigamente

Figura 9: Praça Maciel Pinheiro após ajardinamento



Fonte: Villa Digital FUNDAJ

A partir da segunda metade do século XX, se consolida o processo paulatino de evasão habitacional das classes médias dos centros históricos da cidade, que se direcionam a novos polos de expansão urbana e demais centralidades consolidadas

em áreas da cidade menos densamente ocupadas. Esse processo é impulsionado pela redução das condições de habitabilidade da região, com a degradação progressiva do estoque edificado, problemas de infraestrutura e serviços urbanos, fluxo intenso de veículos e a consolidação da área como polo comercial. O processo incentiva a substituição dos domicílios por usos comerciais, que se instalam nos pavimentos térreos das edificações históricas, enquanto os pavimentos superiores são utilizados como depósitos de materiais e produtos de revenda. As substituições de uso são acompanhadas por diversas ações de descaracterização das tipologias históricas. No final do século XX, a área da Boa Vista havia perdido cerca de 20% de sua população em um intervalo de 10 anos, entre 1990 e os anos 2000, permanecendo na área majoritariamente a população que não possuía alternativas (LUDERMIR, 2011).

Segundo Garcia (2012), diante da problemática em curso e dos possíveis danos irreversíveis ao tecido histórico do Recife, a prefeitura, por meio da Secretaria de Planejamento e da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FIDEM), elabora o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). O plano define diretrizes e instrumentos normativos para a revitalização dos sítios históricos, por meio da delimitação e regulamentação de zoneamento de proteção às áreas históricas, na figura das Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) e Zona de Preservação Ambiental (ZPA). O PPSH é tido como um dos planos de preservação mais completos já realizados para sítios históricos da cidade e posteriormente, acaba por ser incorporado às legislações municipais de ordenamento territorial, que replicam os polígonos de salvaguarda instituídos na figura das Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH). A partir desse momento, fica estabelecida a ZEPH 8, que define formalmente a área correspondente ao Sítio Histórico da Boa Vista.

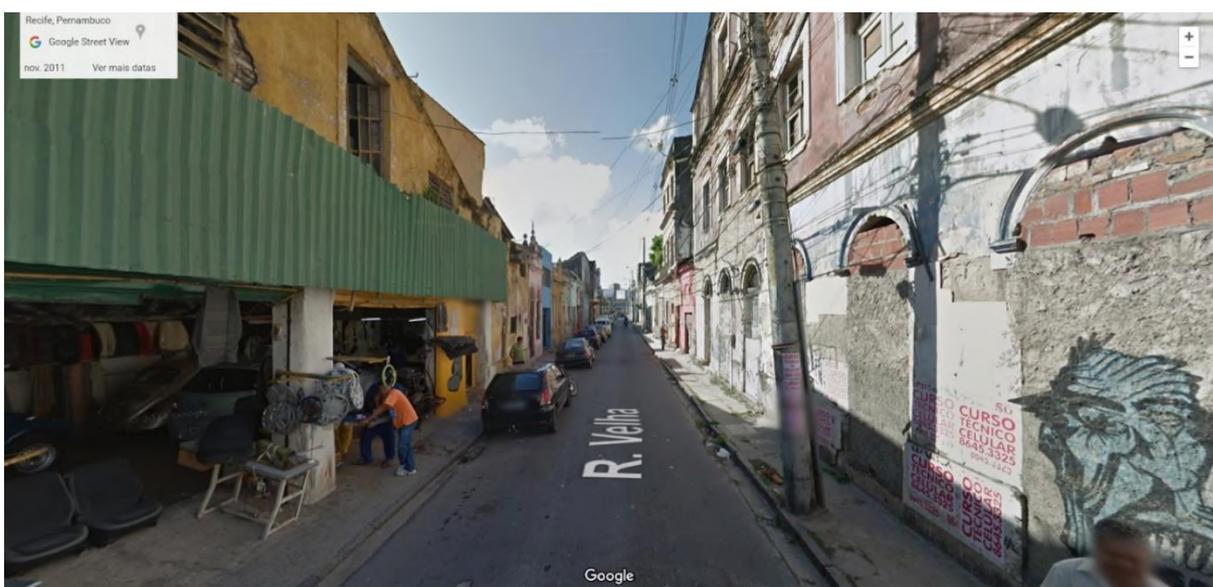
Ao longo do tempo, o IPHAN e a FUNDARPE, órgãos federais e estaduais de preservação e controle do patrimônio histórico, promovem uma série de tombamentos pontuais nas áreas centrais do Recife. Na década de 1930, a Igreja de São Gonçalo é tombada no Sítio Histórico da Boa Vista e, mais recentemente, na década de 1980, o conjunto da Rua da Aurora é tombado, ambos a nível federal, assim como a Escola Manuel Borba, no Pátio de Santa Cruz, a nível estadual (GARCIA, 2012). Apesar de possuir existência anterior a outros bens tombados, alvos de políticas de reabilitação,

o restante do conjunto histórico do núcleo original permanece até os dias atuais protegido apenas na esfera municipal.

No início dos anos 2000, o Setor de Preservação Rigorosa (SPR) do Sítio Histórico da Boa Vista passa a ser alvo do Programa Morar no Centro, iniciativa da gestão municipal para a requalificação urbana de áreas históricas degradadas. Estudos socioeconômicos e diagnósticos das condições físico-estruturais das edificações são realizados para subsidiar a implementação do programa, que teve por objetivo a promoção de melhorias para os moradores do conjunto histórico, atração de novos moradores de classe média e requalificação dos edifícios históricos, por meio da concessão de linhas de crédito aos proprietários e financiamentos públicos (LUDERMIR, 2011).

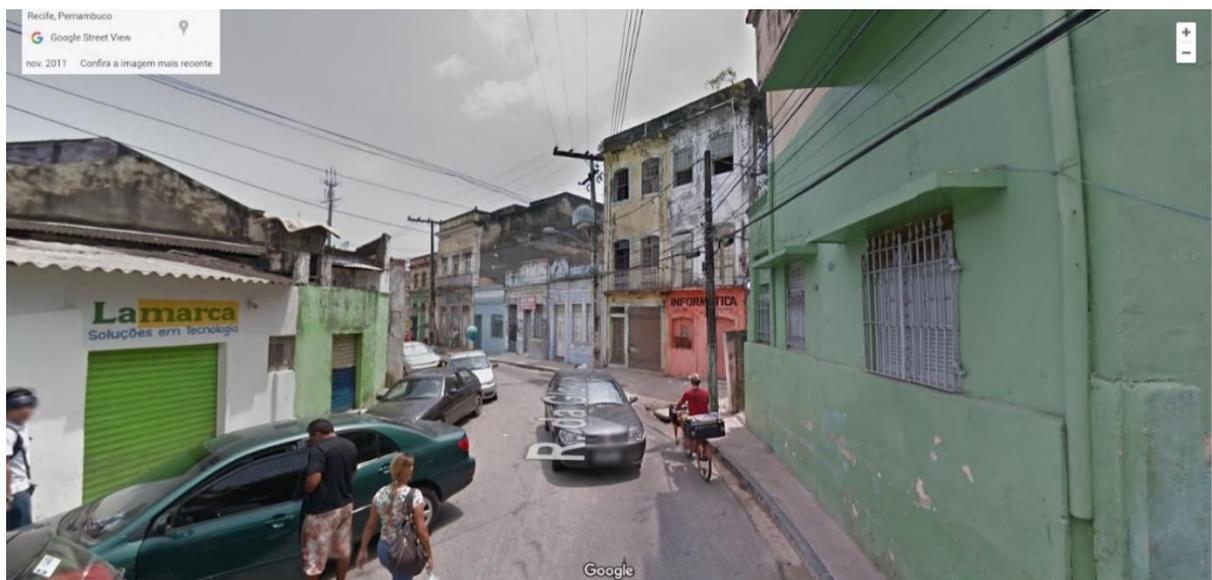
A estratégia planejada não foi bem-sucedida devido à baixa renda e informalidade trabalhista da maior parte da população residente, que não atendia aos critérios exigidos para a obtenção dos financiamentos oferecidos pelas instituições bancárias que fizeram parte do escopo de execução do Programa. A atração de novos moradores de classe média também não se concretiza, uma vez que a estimativa de custos para a requalificação dos imóveis históricos em desuso, para acomodar unidades multifamiliares, se mostra incompatível com os valores oferecidos pelos financiamentos previstos no Programa. (LUDERMIR, 2011).

Figura 10: Rua Velha, 2011



Fonte: Google Maps

Figura 11: Rua da Glória, 2011



Fonte: Google Maps

Embora tenha promovido algumas ações pontuais, o Programa Morar no Centro não se efetiva conforme planejado inicialmente e em 2004 une-se ao Escritório do Centro Expandido, que tratava do planejamento de todos os bairros centrais da cidade. A partir daí o planejamento de ações voltadas para o Sítio Histórico da Boa Vista é colocado novamente em segundo plano, todavia, é importante ressaltar que o uso residencial no Sítio Histórico da Boa Vista, apesar de seu acentuado declínio, ainda pode ser encontrado em número significativo (LUDERMIR, 2011).

## 1.2 PRESENTE E PERSPECTIVAS DE FUTURO

Hoje o Sítio Histórico da Boa Vista figura como uma área perpassada por uma série de problemas de ordem social e de infraestrutura. Com a consolidação dos bairros do centro como polos comerciais, a população remanescente divide os espaços públicos com um alto número de população flutuante e com o fluxo intenso de veículos, que se utilizam inadvertidamente das ruas estreitas como espaço de tráfego e estacionamento. Existem diversos problemas ligados à infraestrutura urbana e serviços públicos, como mau estado de conservação das calçadas, iluminação pública desordenada e insuficiente, despejo de resíduos em locais inadequados e segurança pública (LUDERMIR, 2011).

Figura 12: Praça Maciel Pinheiro, 2023



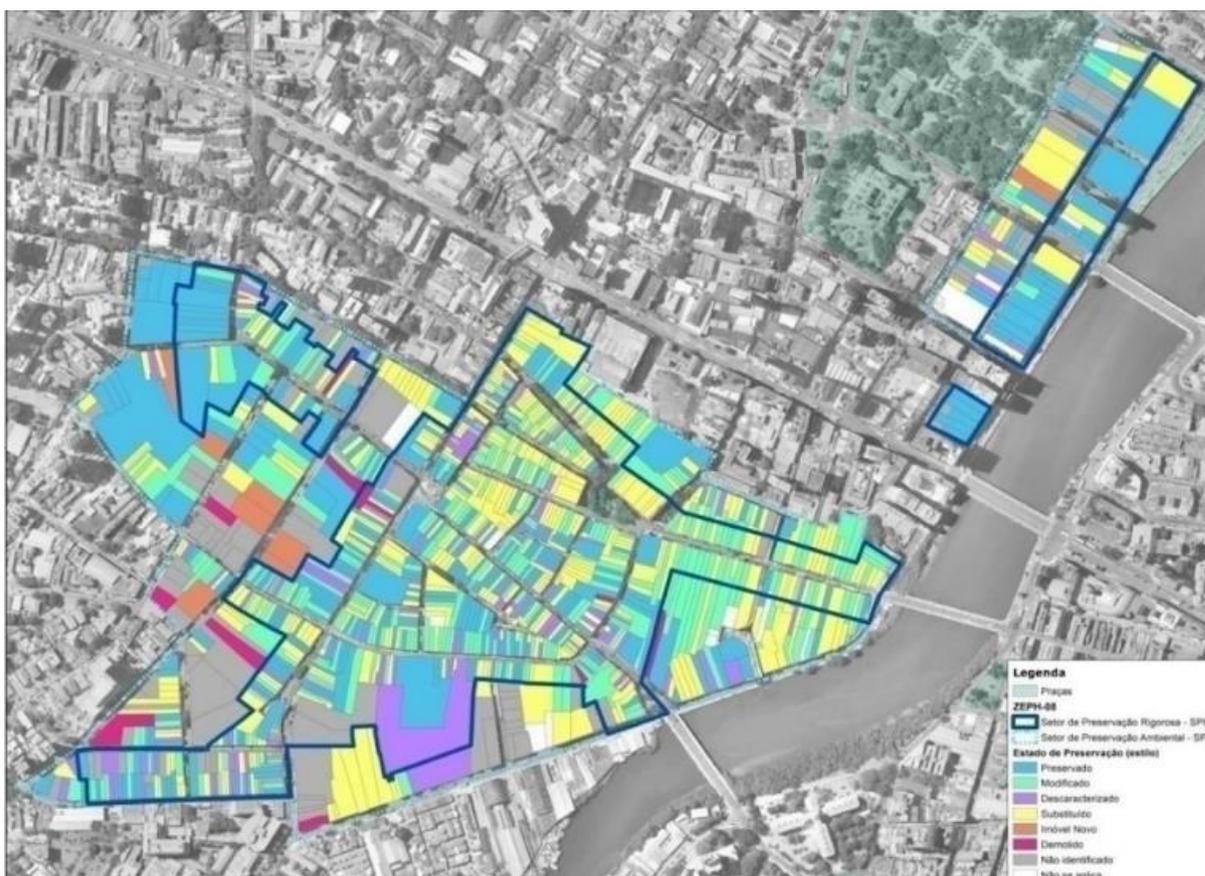
Fonte: Arnaldo Sete/MZ

Além disso, destaca-se o estado de conservação precário dos imóveis históricos, que são alvo de recorrentes alterações e adaptações para abrigar o maior número de pessoas dentro da área útil de seu lote, mesmo a área estando sob proteção restritiva do município. É observada a construção massiva de anexos aos fundos dos lotes coloniais, que ocupam os antigos quintais e a recorrente alteração e utilização dos sobrados e do casario como cortiços e pensões. Ludermir (2011) aponta que é possível a identificação de quatro tipologias utilizadas atualmente para fins habitacionais, são elas o casario, o sobrado de dois ou três pavimentos, o edifício modernista ou proto-modernista e o corredor de quartos, anexos construídos ao longo de lotes desocupados ou espaços livres que conformam corredor estreito de acesso às unidades.

As descaracterizações são realizadas interna e externamente aos imóveis, com a retirada dos azulejos e pinturas originais, reconfiguração dos acessos para a instalação de portas esteiras e vãos compatíveis aos usos comerciais, alterações volumétricas, seja pelo acréscimo de pavimentos ou desestruturação das cobertas originais e as predominantes alterações da configuração do interior dos imóveis, feitas

informalmente. Percebe-se também o contínuo abandono das tipologias históricas, muitos edifícios passam a ser utilizados como espaços de depósito e estacionamentos, além da crescente taxa de imóveis em completo desuso (LUDERMIR, 2011). O diagnóstico propositivo das ZEPHs, realizado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) em função da revisão do Plano Diretor do Recife (PD/2021), reforça a tendência crescente de degradação do estoque edificado.

Figura 13: Estado de preservação dos imóveis



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, 2020

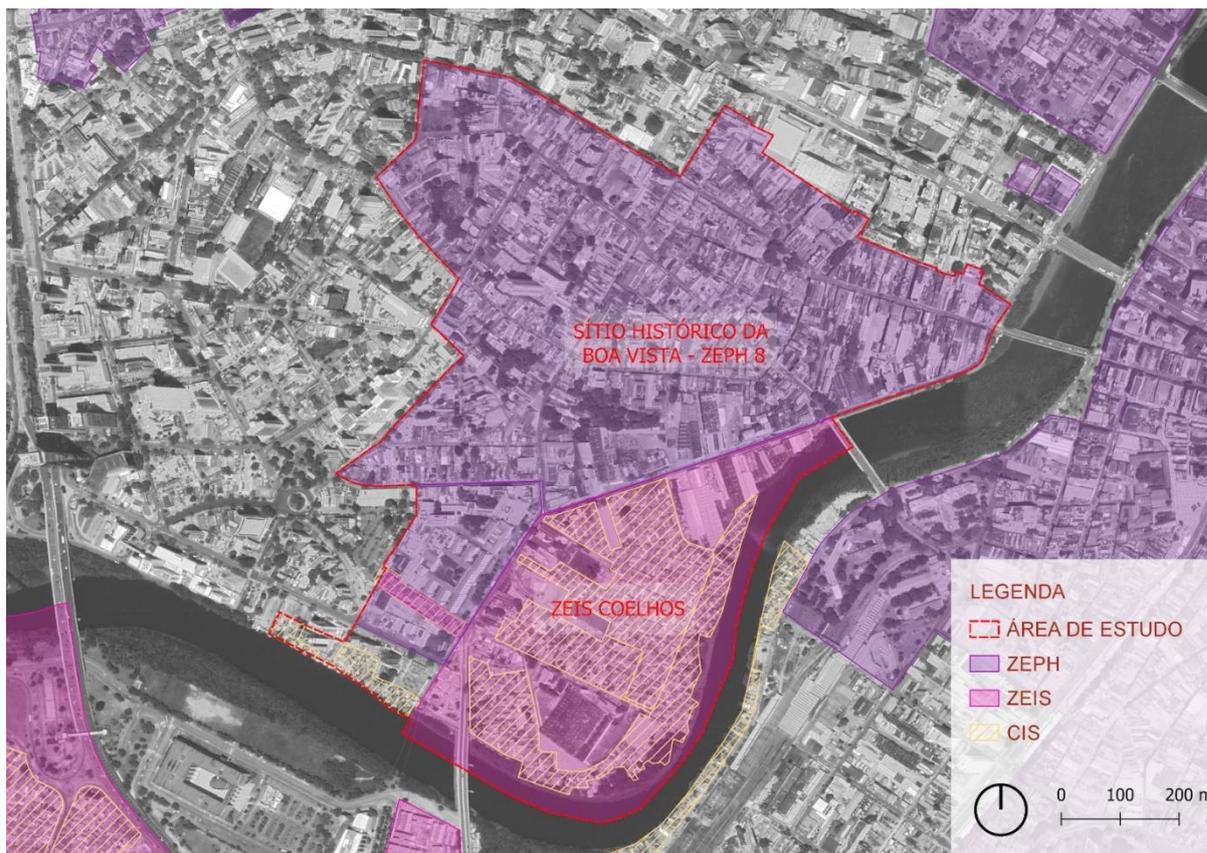
Figura 14: Travessa do Veras, 2021



Fonte: Marina Sá

Em paralelo, aponta-se o crescente empobrecimento da população e ocorrência de moradia de risco, seja dos residentes do sítio histórico ou do entorno imediato, conforme apontado em diagnóstico propositivo realizado pela DPPC (RECIFE, 2018). Ao contexto citado, soma-se a problemática social da comunidade dos Coelhos e demais Comunidades de Interesse Social (CIS) vizinhas, com histórico secular de ocupação informal, presença de habitações precárias e condições socioeconômicas adversas. Segundo o Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife (2014), a ZEIS Coelhos chega a somar 7.633 habitantes, ao longo de 25ha ocupados, com precariedades em infraestruturas básicas que variam entre moderada, alta e extrema, a depender da localidade e do serviço.

Figura 15: Mapa de delimitação da área de estudo



Fonte: Elaboração própria

Acrescenta-se como outro fator determinante à caracterização socioespacial da área os dados que verificam o aumento substancial no número de população em situação de rua no centro da cidade. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, em 2019 foram contabilizadas cerca de 1.600 pessoas em situação de rua na cidade, número contestado por entidades sociais que atuam em função do auxílio a essa população, que especula que a realidade corresponda ao dobro desse número. Segundo reportagem publicada pelo Jornal do Comércio em 2020, ONGs que atuam no centro da cidade constataram que o número de pessoas em situação de rua chegou a triplicar na região central com o advento da pandemia. O jornal independente Marco Zero Conteúdo, em matéria publicada em 2022, afirma que o crescimento dessa população representa um aumento de 24,6% em relação ao censo anterior, de acordo com a matéria a prefeitura tem considerado um aumento de 400 pessoas ao longo do período pandêmico.

Figura 16: Número crescente de população em situação de rua no Recife



Fonte: [Jornal do Comércio](#), 2020

Observa-se a existência de diversas iniciativas municipais, normativas e estratégicas para a reabilitação do centro histórico da cidade. Entre elas, merece destaque o interesse do poder municipal em criar unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) no centro, seja por meio da requalificação de imóveis desocupados ou da utilização de glebas vazias. O Plano Diretor do Recife, aprovado em 2021, apresenta diretrizes no artigo 17 para a proteção e preservação do patrimônio histórico, redução das distâncias, ampliação das centralidades e promoção da moradia no centro. O artigo 51, incisos II e VI, que trata das Zonas Centro (ZC), prevê a adequação de edifícios obsoletos para a promoção de programas de HIS e dinamização de usos. O artigo 161, que trata da política urbana de desenvolvimento econômico sustentável, estabelece diretrizes para a recuperação do centro histórico com moradia e dinamização econômica, incluindo a promoção de HIS por meio de instrumentos urbanísticos como parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC), imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo (IPTU Progressivo no Tempo) e consórcio imobiliário, regulamentados pela Lei Municipal nº 18.966/2022.

Outras iniciativas institucionais incluem a Frente Parlamentar pelo Centro do Recife e o programa Recentro, criados a partir de uma articulação entre os poderes

legislativo e executivo municipais. A Frente Parlamentar contou com a participação de diversos atores sociais ao longo de quarenta palestras, que abordaram temas como patrimônio e cultura, habitação no centro, planos urbanísticos, dinamização econômica, urbanismo social e gestão compartilhada do centro. Como resultado, foram aprovadas emendas parlamentares que preveem a inclusão de projetos de HIS no orçamento do município, além da Lei que institui e regulamenta o programa Recentro (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2021).

O programa Recentro atua em quatro eixos: governança, incentivos fiscais, inovação e novos investimentos. O seu objetivo é gerar incentivo a atividades econômicas, estimular a moradia de interesse social e promover intervenções para recuperação e utilização de imóveis degradados situados no sítio histórico e construção de novos edifícios em espaços ociosos. Para isso, oferece isenção tributária tanto para proprietários que promovam a manutenção de imóveis históricos, quanto para novos empreendimentos habitacionais no centro da cidade. Em parceria com o Porto Digital, o Recentro busca soluções inovadoras para atrair novos moradores e promover um mix de usos, a fim de gerar vitalidade nos sítios históricos durante todos os turnos do dia (RECIFE, 2021).

Figura 17: Frente Parlamentar pelo Centro do Recife e Recentro



Fonte: PCR, 2021; Diário de Pernambuco, 2021

## 2. DEBATE NO CAMPO TEÓRICO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS TEORIAS

As teorias de conservação e restauro na arquitetura passaram por processo evolutivo ao longo do tempo, que acompanhou as mudanças de paradigmas da sociedade em relação à visão sobre o patrimônio arquitetônico e sua preservação. O corpo teórico do campo começa a se constituir a partir do século XIX, época em que prevaleceu a abordagem empírica na atuação sobre o patrimônio. As decisões adotadas eram comumente intuitivas, baseadas na interpretação subjetiva e no gosto pessoal do interventor, sem rigor científico ou metodológico (NERY e BAETA, 2015).

Os teóricos John Ruskin e Viollet-le-Duc são os principais representantes dessa primeira geração de formulações teóricas sobre a atuação no patrimônio arquitetônico e suas abordagens, completamente antagônicas, refletem a dualidade à época entre a conservação dos edifícios históricos em seu estado original e a restauração e recriação de elementos perdidos ou arruinados. Simbolizam a origem da falta de consenso que ainda hoje permeia o campo da conservação e restauro (CHOAY, 1996).

A abordagem de John Ruskin sobre a conservação do patrimônio arquitetônico pode ser resumida em sua defesa pela preservação das marcas da trajetória histórica do edifício. Para ele, a obra deve ser mantida em sua forma e aparência originais, sem quaisquer adições ou modificações que venham a alterar seu significado primário e resultar na perda de sua autenticidade. Além disso, destaca a importância de destacar a pátina, denominada por ele como a "mancha dourada do tempo", que seria testemunho da vitalidade do edifício e de sua trajetória. Punha-se como defensor radical do não intervencionismo e sob essa abordagem, danos e patologias aderidos às estruturas históricas são tolerados, enquanto ações de recuperação sumariamente condenadas (CHOAY, 1996).

Por outro lado, Viollet-le-Duc acreditava que a restauração é uma forma de reviver o espírito do edifício e sua função original. Ele defendia que as intervenções em patrimônio deveriam abranger a reconstrução completa do edifício, com a restituição de sua integridade, o que inclui a recriação de elementos que foram perdidos ou destruídos, bem como a correção de supostas falhas existentes no

edifício original. O método estabelecido por Le-Duc ficou conhecido como "Restauro Estilístico" (OLIVEIRA, 2009).

Ao longo de sua atuação, foi responsável por diversas obras significativas, um exemplo marcante é o restauro da Catedral de Notre-Dame, conduzido por Viollet-le-Duc na década de 1840, que adicionou a agulha ao topo do edifício, elemento que ganhou valor histórico com o tempo e que agora suscita debates sobre a postura a ser adotada na sua reconstituição após o incêndio de 2019.

Figura 18: Agulha de Notre Dame, intervenção realizada por Viollet-le-Duc



Fonte: G1, 2020

Ainda no século XIX, surgem novas formulações teóricas que adicionam novas variantes e instrumentos metodológicos às posturas anteriores. Nesse contexto, Camillo Boito se destaca como uma posição conciliadora. Sua abordagem, conhecida como teoria da restauração científica, estabelece diretrizes técnicas para a intervenção sobre monumentos históricos. Boito defendia a ideia de que a intervenção deve ser cuidadosa e limitada, consistindo em uma atuação atenta à forma original da

obra, que não deve ter elementos suprimidos ou acrescentados arbitrariamente (CAMARA; PAIVA; SILVA, 2020).

De acordo com Boito, o processo de restauração deve ter como guia o valor documental da obra, ou seja, as decisões devem ser fundamentadas em pesquisas históricas, arqueológicas e arquitetônicas detalhadas, a fim de que a intervenção seja capaz de reconstituir a forma e a estrutura do edifício histórico sem alterar seu significado. Sua teoria defende que a inserção de acréscimos ao objeto patrimonial deve ser feita apenas quando necessário, além de enfatizar a necessidade de haver distinções discretas entre os novos e antigos elementos. Outra questão abordada é a importância da unidade do conjunto histórico e a imperativa necessidade de constante manutenção dos edifícios, pois a ação do restauro deve ser encarada apenas como último dos artifícios viáveis (CAMARA; PAIVA; SILVA, 2020).

No início do século XX, em continuidade à linha conciliatória proposta por Boito, Alois Riegl adiciona ao caldeirão metodológico a conceituação dos valores que incidem sobre o patrimônio e propõe a identificação e reflexão sobre esses valores no planejamento de intervenções. Segundo ele, os valores podem ser divididos em duas categorias: valores de rememoração e valores da contemporaneidade (AZEVEDO, 2012).

Os valores de rememoração englobam o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor de rememoração intencional. Esses valores são adquiridos concomitantemente à trajetória histórica das obras, seu caráter documental e as marcas físicas da passagem do tempo. Eles estão relacionados à capacidade de um edifício de prestar testemunho do passado e são uma das formas pelas quais a história se manifesta e se torna tangível para as gerações posteriores. Os valores de rememoração interagem e se balanceiam, são acessados em função da integridade das estruturas históricas e preservação de suas características singulares (AZEVEDO, 2010).

O valor de antiguidade está fundamentado exclusivamente na degradação, enquanto o valor histórico quer deter toda degradação a partir de sua intervenção, mas perderia sua razão de ser sem as degradações anteriores, o valor de rememoração intencional reivindica nada menos para o monumento do que a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original. A ação dos agentes naturais, que se opõe à realização dessa exigência, deve, assim, ser combatida com energia, e seus efeitos contrariados sem cessar. (KÜHL, 2008, apud. AZEVEDO, 2010, p. 26).

Já os valores da contemporaneidade estão associados ao valor estético e ao valor de uso. O valor estético consiste na capacidade da obra de transmitir sentimentos ao espectador através dos atributos estéticos contidos nela, sejam eles pictóricos, formais, relacionados à textura ou odor, e que se mantêm independentemente do intervalo temporal que separa sua edificação do momento em que ocorre o contato com o observador. O valor de uso está relacionado com a utilidade prática do edifício e diretamente ligado à sua finalidade original, pode ser considerado o valor mais transitório de um edifício histórico, pois não raramente ocorrem alterações de uso à medida que a função original do prédio muda ou se torna obsoleta (CUNHA; KOIDARA, 2009).

Segundo Riegl, a atribuição de valores a um objeto patrimonial é influenciada pelo filtro temporal e social. O gosto por certas linguagens artísticas e a percepção de certas obras como valiosas, por antigas que sejam, estão condicionadas aos paradigmas do tempo presente e aos interesses dos grupos envolvidos no processo analítico. Portanto, a atribuição de valor é geracional e está sempre sujeita a mudanças, seja pela passagem do tempo ou pela inserção de novos atores nas diligências. Para Riegl, a atuação do restaurador deve ser balizada pela identificação e manutenção dos valores mencionados, com o objetivo de transmissão das obras às gerações futuras em abordagem menos contaminada pelos paradigmas da atualidade (AZEVEDO, 2012).

A virada do século XIX e início do século XX foi um momento de ruptura significativa com as formas tradicionais de construção, consolidadas na história da cultura ocidental. Surgem novas técnicas e materiais construtivos, assim como novos estilos arquitetônicos que substituem os preceitos classicistas até então predominantes na arquitetura europeia (NERY e BAETA, 2022).

As mudanças ocorridas geram questionamentos sobre a necessidade de preservação dos edifícios antigos, muitas vezes vistos como obsoletos diante das novas tendências arquitetônicas. Como consequência da efusividade causada pela chegada das novas tecnologias, ocorrem demolições massivas de conjuntos históricos em favor de construções modernas. No entanto, a iminência de perdas cada vez mais significativas de obras de valor cultural fortalece as correntes preservacionistas, que passam a se articular efetivamente em prol da atualização dos preceitos teóricos e metodológicos clássicos, de maneira a gerar respostas que dialogassem com as necessidades daquele tempo (NERY e BAETA, 2022).

Durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, é elaborada a Carta de Atenas, a primeira das cartas patrimoniais. O acontecimento representa a primeira iniciativa internacional conjunta pelo reconhecimento e valorização do patrimônio arquitetônico. A Carta de Atenas estabelece os princípios da arquitetura moderna e enfatiza a importância de integrar o patrimônio edificado ao desenvolvimento urbano, por meio da preservação de "obras materiais, traçados ou construções, testemunhos preciosos do passado (...) que constituem a expressão de uma cultura anterior" (CARTA DE ATENAS, 1933, p25). Entretanto demonstra pouca preocupação com a unidade dos conjuntos históricos, o que levou a preservação de edifícios considerados relevantes em detrimento de seu entorno, frequentemente demolido em prol de novos parcelamentos alinhados à modernidade.

Na década de 60, as destruições causadas pela 2ª Guerra Mundial e a necessidade massiva de reconstrução de centros históricos nas cidades europeias impulsionaram o processo de alargamento das teorias do restauro. Esse contexto inédito gerou demandas que os princípios já estabelecidos, pautados na mínima intervenção, não conseguiam abarcar de maneira prática e funcional a reconstrução das estruturas destruídas de maneira que garantisse a manutenção da capacidade de transmissão de seus valores históricos, culturais e artísticos (NERY e BAETA, 2022)

Nesse contexto surge Cesare Brandi com sua obra "Teoria do Restauro", que introduz uma nova perspectiva à intervenção em patrimônio histórico, atualmente denominada "restauração crítica". Segundo Brandi, o objeto de valor patrimonial se constitui da união entre a Matéria e a Imagem da obra, tidos como conceitos co-dependentes. Tratando de arquitetura, a Matéria é definida como a parte física e tangível da obra, sua estrutura, cores e texturas, enquanto a Imagem é a parte intangível e simbólica, ou seja, seu valor histórico, cultural e artístico (NERY e BAETA, 2022).

A teoria de Brandi trata a leitura do patrimônio histórico através de uma abordagem fenomenológica, parte do argumento de que a Matéria do edifício histórico está a serviço de sua Imagem e não o contrário, como ocorria nas teorias anteriores. De acordo com ele, a Matéria da obra de arte é a forma concreta pela qual a Imagem é transmitida e, embora ambos os conceitos estejam condicionados um ao outro, a abordagem do restauro deve se concentrar, primordialmente, na busca pelo resgate da Imagem, por meio da identificação das manifestações materiais capazes de

transmiti-la. Em outras palavras, o restauro deve ser realizado com base na análise crítica dos danos físicos existentes à Matéria e na realização de intervenções necessárias para que a obra seja formalmente capaz de transmitir seus valores intangíveis, isto é, sua Imagem, sem que para isso seja cometido falso histórico. Dessa maneira a Matéria, embora relevante, está colocada em segundo plano, já que não é possível que seja reconstituída tal e qual seu estado original (CARMO et al., 2016)

O processo metodológico proposto por Brandi para o restauro de obras de arte começa pelo "reconhecimento da obra em sua consistência física e em sua dúplici polaridade estética e histórica, visando a sua transmissão para o futuro" (BRANDI, 1963, p.30 apud. CUNHA, 2004, n.p). Esse processo envolve levantamentos históricos e análises cuidadosas da obra, de seu estado de conservação e dos elementos que a compõem. Deve-se ter domínio sobre cada elemento em função da classificação das partes, seguida da compreensão crítica de como esses elementos se relacionam com a Matéria e Imagem do patrimônio que constituem. A partir daí, o objetivo é intervir de maneira a restabelecer a unidade potencial da obra, ou seja, devolvê-la à sua capacidade de legibilidade, sem que ocorra perda de seus atributos singulares ou tentativa de recriá-los. O processo é conceituado nos dois axiomas elaborados por Brandi (CUNHA, 2004).

1º. axioma: "restaura-se somente a matéria da obra de arte", que se refere aos limites da intervenção restauradora, levando em conta que a obra de arte, em sua acepção, é um ato mental que se manifesta em imagem através da matéria e é sobre esta matéria – que se degrada - que se intervém e não sobre esse processo mental, no qual é impossível agir. Daí decorrem as críticas às restaurações baseadas em suposições sobre o "estado original" da obra, condenadas a serem meras recriações fantasiosas, que deturpam a fruição da verdadeira obra de arte.

2º. axioma: "A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo" (p. 33). Ainda que se busque com a restauração a unidade potencial da obra (conceito de todo distinto de unidade estilística), não se deve com isso sacrificar a veracidade do monumento, seja através de uma falsificação artística, seja de uma falsificação histórica (CUNHA, 2004, n.p).

Na mesma época em que Brandi desenvolveu a teoria da restauração crítica, foi elaborada a Carta de Veneza de 1964, que expandiu as noções de preservação dos bens patrimoniais. Através dessa carta, os monumentos deixam de ser considerados objetos isolados e passam a ser entendidos como parte integrante do conjunto onde estão inseridos, sendo indissociáveis um do outro. Os bens de valor histórico são vistos como testemunhos de tradições, ou seja, elementos que, no presente, continuam a participar da vida das comunidades de maneira ativa (KUHL, 2010). De acordo com a Carta de Veneza, a conservação trabalha em estreita colaboração com o restauro, com o objetivo de proteger não apenas a obra materializada na edificação, mas também o valor histórico e cultural do sítio, preservando a memória coletiva de uma sociedade.

Segundo a Carta de Veneza, dar uso para uma edificação patrimonial é crucial para sua boa conservação, além de permitir que ela tenha serventia para a comunidade. Em suma, a Carta de Veneza estabelece diretrizes para a conservação e restauro de patrimônios históricos, reconhecendo a importância do conjunto em que a obra se insere e sua participação ativa na vida das comunidades (CARTA DE VENEZA, 1964).

## 2.2 POSTURAS CONTEMPORÂNEAS

As teorias e posturas apresentadas, em sua diversidade de oposições, permanecem tidas como predominantes nos dias atuais, com validação institucional e acadêmica, e são alvo de constantes releituras e atualizações de maneira a suprir as demandas diversas da contemporaneidade e acompanhar as constantes mudanças de paradigmas da sociedade e as expansões da noção de patrimônio cultural, que se torna progressivamente mais larga. Embora haja atualmente uma diversidade cada vez maior de teóricos que se dedicam a estudar a problemática da conservação e restauro do patrimônio histórico, predominam na base de suas análises a adoção das posturas de atuação pontuadas anteriormente (VIEIRA, 2014).

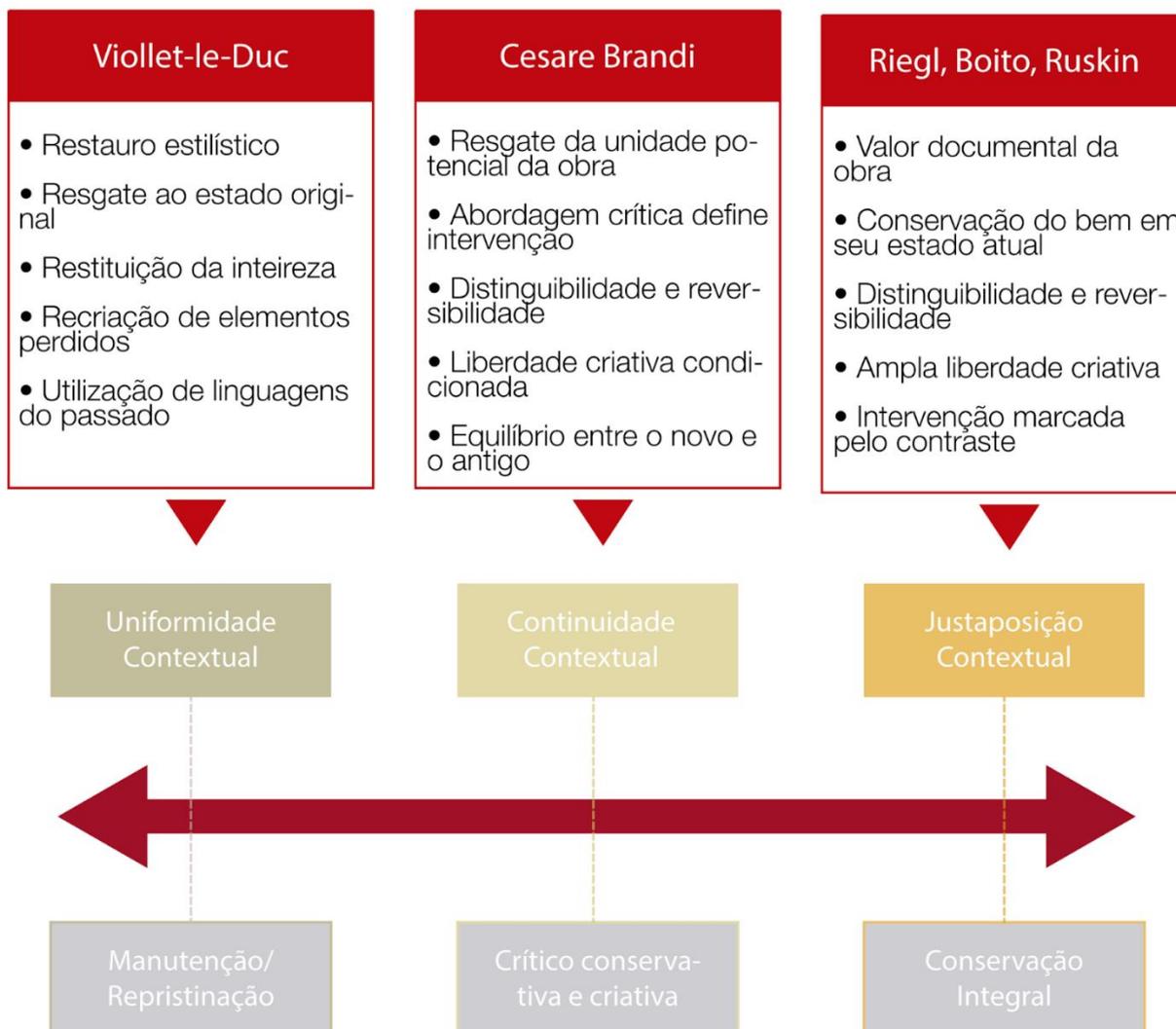
As posturas italianas de conservação e restauro possuem tradição de alinhamento entre teoria e prática, e são comumente utilizadas como referência na categorização das três principais correntes teóricas contemporâneas de atuação sobre patrimônio, tidas como igualmente válidas mediante justificativa fundamentada para adoção de cada uma delas (VIEIRA, 2014).

A primeira é a “crítico-conservativa e criativa”, fundamentada principalmente nos postulados de Cesare Brandi e na intervenção pautada na ação projetual em função da continuidade contextual da leitura do patrimônio. A segunda é a “manutenção-repristinção”, alinhada aos preceitos de Viollet-le-Duc e adepta ao restauro estilístico, com o objetivo de restabelecer a uniformidade contextual do patrimônio e resgatar seu aspecto original. A terceira é a “conservação integral”, que se fundamenta no entrelaçamento dos princípios estabelecidos por John Ruskin, Alois Riegl, Camilo Boito, entre outros, e defende a linguagem da justaposição contextual em intervenções no patrimônio, pautada principalmente pela historiografia do bem e pela manutenção de seu estado original, a partir do entendimento de que matéria e imagem são indissociáveis nos bens patrimoniais (VIEIRA, 2014).

Vieira (2014) ainda ressalta que desde o surgimento da disciplina do restauro, no século XIX, sempre houve diversidade de posições. Na prática italiana atual, as posturas “crítico-conservativa e criativa” e “conservação integral” possuem pontos em comum, como a defesa do princípio da distinguibilidade, reversibilidade e oposição à repristinção dos bens. Ambas reconhecem a importância da criatividade e do respeito à pré-existência na elaboração das novas intervenções, mas a principal dissonância se dá na abordagem do projeto.

A “conservação integral” propõe ampla liberdade criativa na inserção do novo ao antigo, marcada pelo contraste de linguagens e tempos “um projeto do novo compatível mas não mimético, isto é respeitoso, dialeticamente consciente e, ao mesmo tempo, declaradamente legível e autônomo” (BARDESCHI apud KHUL, 2006, p.28). A abordagem “crítico-conservativa e criativa” parte do processo analítico e interpretativo, busca a continuidade da linguagem da obra em função do resgate de sua unidade potencial, alcançada através da recomposição de sua imagem, tem como resultado ideal a relação simbiótica entre o novo e o antigo.

Figura 19: Noção de escala entre as posturas intervencionistas.



Fonte: Vieira, 2014. Adaptado.

### 2.3 REFERÊNCIAS PARADIGMÁTICAS

O projeto desenvolvido neste trabalho adota a postura “crítico-conservativa e criativa” para orientar as intervenções, com base na compreensão de que a abordagem da “manutenção/repristinação” é conservadora e distorce a percepção da historicidade do conjunto histórico, ignorando as marcas do tempo e as adaptações tipológicas necessárias para tornar o edifício adequado aos padrões e demandas da contemporaneidade. De outro lado a “conservação integral”, em seu zelo excessivo ao caráter documental da materialidade do patrimônio, desconsidera as mudanças culturais de paradigmas, ao tratar como fator determinante à conservação dos bens os registros historiográficos e documentais do passado, limitados a uma interpretação ultrapassada a obra (VIEIRA, 2014), que não leva em conta as alterações naturais de

símbolos e significados inerentes ao patrimônio, que em seu cerne é um objeto pertencente à cultura e que deve estar alinhado ao processo evolutivo da sociedade.

Como forma de ilustrar os reflexos práticos da postura intervencionista “crítico-conservativa e criativa” adotada para o desenvolvimento do projeto, reúne-se um compilado comentado de intervenções paradigmáticas, cujos partidos adotados servem como fonte de referência para as decisões projetuais tomadas a seguir. As análises se concentram na bem-sucedida inserção da arquitetura contemporânea a contextos patrimoniais e na captura do juízo crítico que norteou as decisões desses projetos. Entretanto, vale destacar que as similaridades funcionais com o Centro Integrado de Assistência Social proposto não são levadas em consideração na escolha dos projetos em análise, uma vez que o principal desafio a ser enfrentado é a integração adequada do equipamento ao contexto patrimonial do Sítio Histórico da Boa Vista.

#### Anexo da Sede do Banco Nacional do México - Cidade do México

Nery e Baeta (2022) destacam que o projeto desenvolvido pelos arquitetos González de León e Abraham Zabludowsky visa restaurar a continuidade do conjunto preexistente no contexto do sítio histórico, após um terremoto ter destruído o edifício original na década de 1980. A inserção das fachadas vazadas é marcada pela manutenção do ritmo, cor e textura definidos pelo edifício histórico principal, bem como pela captura da solidez do prédio original na implantação do anexo. A leitura resultante contribui para o resgate da unidade figurativa da área do centro histórico, enquanto a eliminação da lacuna urbana deixada pelo colapso do edifício preexistente restaura a continuidade paisagística e arquitetônica dessa parte do Centro Histórico do México.

Para garantir a transição suave entre a arquitetura preexistente e o edifício anexo, foram preservados elementos compositivos determinados no ritmo do edifício original, como os pináculos, frisos e o volume dos balcões. Esses elementos foram reinterpretados e incorporados ao novo edifício com uma linguagem contemporânea, garantindo a manutenção figurativa e a harmonia entre o antigo e o novo. Com essa abordagem, é possível notar uma transição natural e suave entre a arquitetura histórica e a contemporânea.

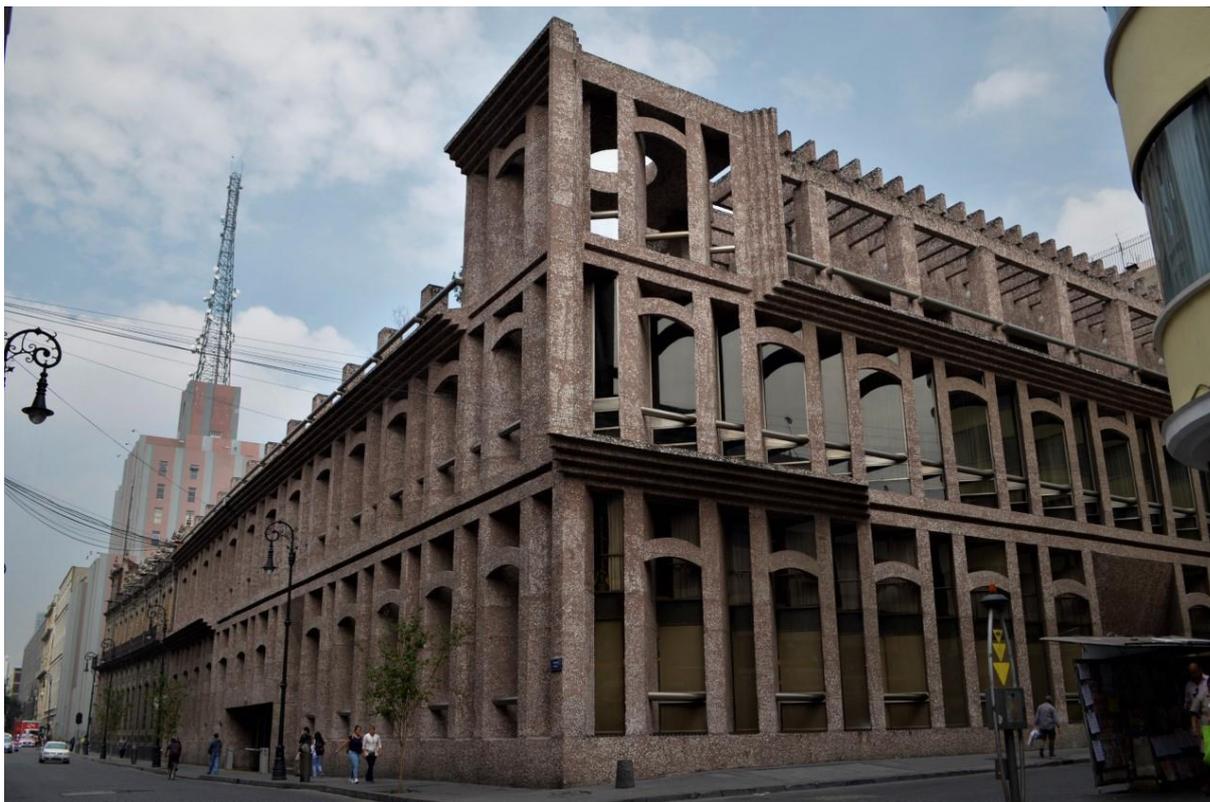
Figura 20: Continuidade compositiva entre os volumes histórico e contemporâneos



Fonte: Rodrigo Baeta, 2009; Michael Camacho, 2020

À medida que o edifício anexo se distancia do apelo exercido pelos volumes históricos, adquire maior liberdade compositiva e altimétrica e realiza variações de linguagem que se descolam dos padrões mais rígidos ditados pela preexistência e reafirmam a linguagem notadamente contemporânea do projeto, sem representar com isso disputa no protagonismo da paisagem do sítio histórico. Assim, marca definitivamente o distanciamento temporal entre a construção de um e do outro, demonstra entendimento e respeito pelo contexto histórico e, sem acanhamento, se afirma com elegância na paisagem.

Figura 21: Marcação da esquina e variações compositivas do edifício anexo.



Fonte: Museo Nacional de Arquitectura, 2019

### The Dancing House - Praga/República Tcheca

O projeto, de autoria de Frank Gehry e Vlado Milunic, segue princípios semelhantes ao projeto anterior, buscando integrar-se harmoniosamente ao conjunto histórico da área, que sofreu danos em um bombardeio na Segunda Guerra Mundial. A inserção do edifício demonstra preocupação em manter uma relação de continuidade contextual com a preexistência, ajustando-se ao ritmo compositivo estabelecido no perfil urbano e adaptando-se à morfologia consolidada da área (NERY e BAETA, 2022).

Nery e Baeta (2022) explicam que o projeto utiliza diversas estratégias para garantir a harmonia entre o novo edifício e os edifícios preexistentes. Por exemplo, mantém o alinhamento geral, o espaçamento e proporção das aberturas dos edifícios preexistentes, enquanto cria uma variação vertical no posicionamento das aberturas do novo volume, o que dá singularidade à proposta e diferencia claramente a composição do novo edifício ao padrão do entorno. Ademais, o projeto recria a imagem das molduras das aberturas seculares e a marcação horizontal dos frisos, que no novo volume se apresenta como uma silhueta que segue o movimento

alternado das variações verticais ditadas no posicionamento das janelas. Quanto mais o volume se distancia do aspecto prismático que guia o início da transição entre o antigo e o novo, mais sinuosas se tornam as curvas da marcação horizontal.

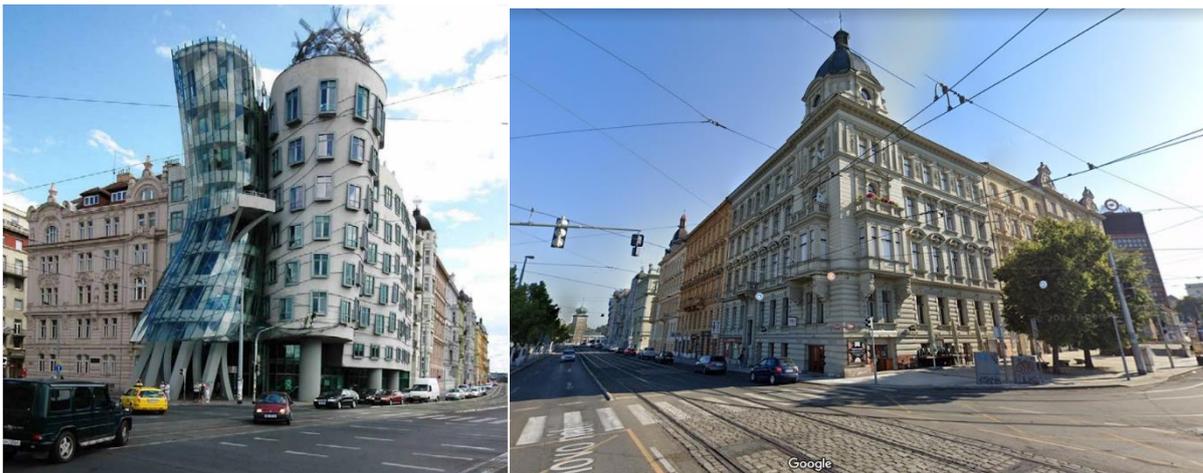
Figura 22: Marcação da esquina e variações compositivas do edifício anexo.



Fonte: Rodrigo Baeta, 2007

O tratamento das esquinas faz parte da tradição construtiva do sítio histórico em questão, caracteriza-se pela variação altimétrica, cúpulas de coroamento e variações compositivas, que criam pausas no ritmo do perfil das quadras. O novo edifício desconstrói esse padrão através de uma reinterpretação da lógica, renovando-o e reforçando a coerência com a vizinhança. Além disso, o edifício é projetado de forma a complementar a arquitetura preexistente no plano principal da rua e evita ser excessivamente mimético ou disruptivo, promove equilíbrio perfeito entre esses extremos. O resultado é uma aparência contemporânea e inovadora, que contribui para a renovação da paisagem urbana.

Figura 23: Releitura do tratamento das esquinas



Fonte: Rodrigo Baeta, 2007; Google Maps

Com a abordagem crítica e criativa aplicada na releitura e reinserção da linguagem histórica, o projeto de Gehry e Milunic consegue criar um edifício que é tanto respeitoso com o passado quanto visionário. Sua inserção no contexto urbano existente é feita de maneira cuidadosa, inteligente e ousada, com a criação de uma nova peça que se contextualiza ao mosaico histórico da área ao passo que representa o que há de mais avançado nas tecnologias construtivas.

Figura 24: Equilíbrio entre o mimético e o disruptivo

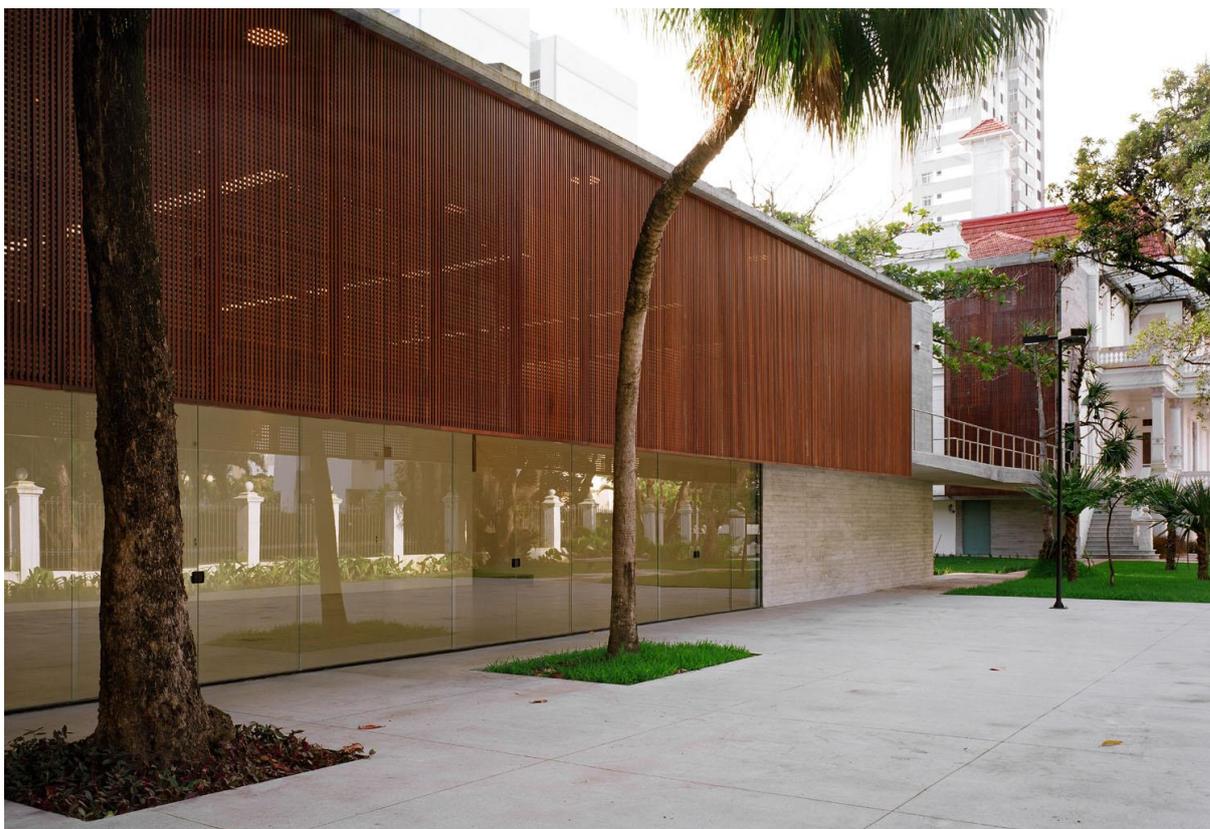


Fonte: PaesiOnLine

### Museu Rodin - Salvador/Brasil

A adaptação de um casarão eclético no bairro das Graças, em Salvador, para abrigar a filial do Museu Rodin é vista como um projeto paradigmático para guiar a proposta em desenvolvimento. A intervenção se destaca pela forma como o edifício histórico foi restaurado e adaptado para atender aos padrões de segurança e acessibilidade, junto a construção de anexos capazes de comportar o programa de necessidades do museu. O primeiro volume, conjugado ao casarão, abriga as circulações verticais, enquanto o segundo, inserido na área do terreno mais afastada do edifício histórico, é responsável por abrigar as salas de exposição temporárias (NERY e BAETA, 2022).

Figura 25: Anexos construído junto ao casarão histórico



Fonte: Nelson Kon

Os volumes dos anexos possuem linguagem arquitetônica nitidamente distinta do edifício histórico, porém promovem uma relação harmoniosa, destacando o

protagonismo e a autonomia do volume histórico na paisagem. As novas construções adotam baixo gabarito e na perspectiva da rua não são visíveis, à medida que o espectador avança no terreno, os volumes contemporâneos surgem como um contraponto de linguagem que cria diferentes momentos de apreciação ao longo do percurso. A harmonia com a preexistência é garantida pelo respiro dado entre o volume histórico e a inserção do anexo mais massivo, ao fundo do lote.

Figura 26: Edifício histórico visto da perspectiva da rua



Fonte: Nelson Kon

Figura 27: Respiro de transição entre os volumes



Fonte: Nelson Kon

As inserções do novo ao antigo são cirúrgicas, delicadas e ditam ritmo cadenciado na transição das linguagens. O volume mais massivo, ao fundo do lote, conecta-se à passarela flutuante sobre o passeio, sem apoios ao longo do vão, e liga-se ao volume contemporâneo que serve de abrigo às circulações verticais do casarão. Esse, por sua vez, conecta-se ao casarão, determinando uma sequência gradativa e coerente que confere fluidez e amortiza qualquer possibilidade de impacto visual brusco.

Figura 28: Momento da conexão das novas estruturas ao casarão histórico



Fonte: Nelson Kon, s.d

Figura 29: Perspectiva do topo da passarela de conexão



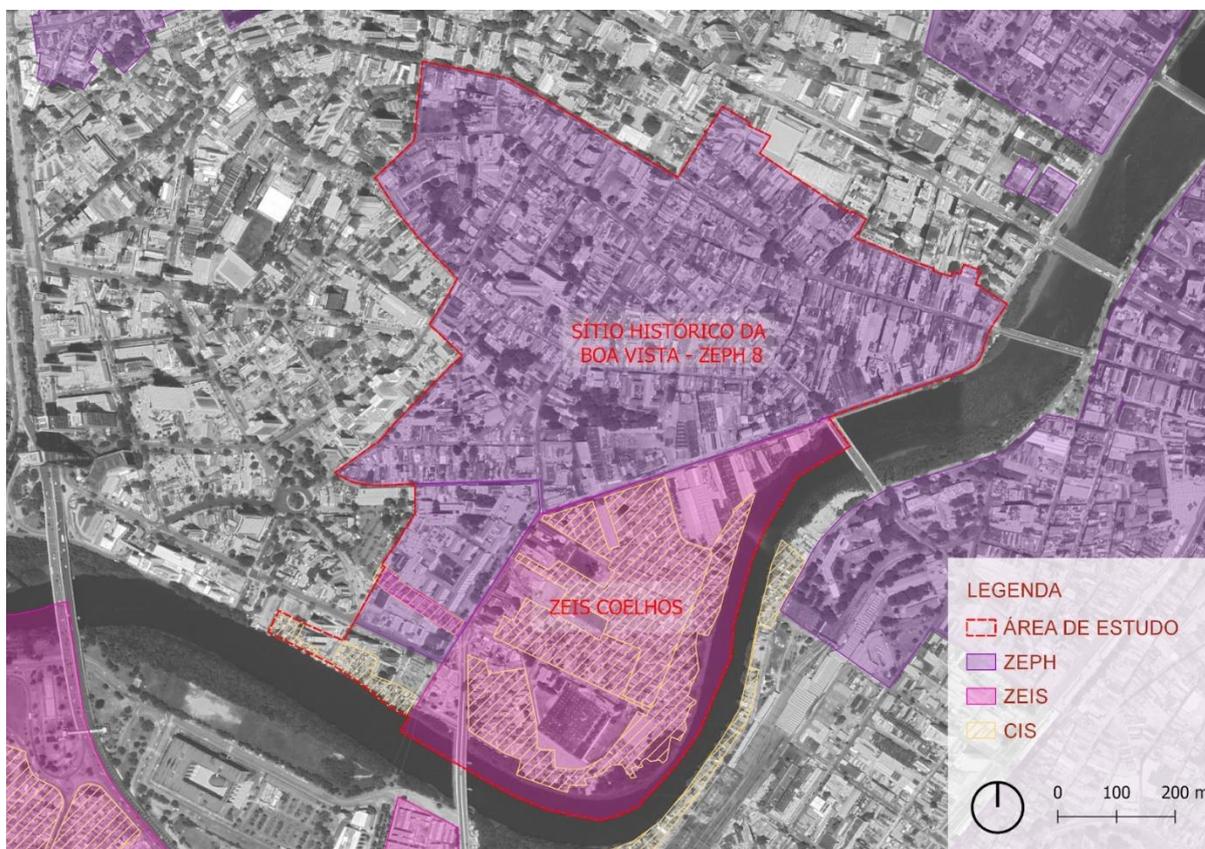
Fonte: Nelson Kon, s.d

### 3. PROJETO

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O equipamento proposto tem seu programa e funcionalidade derivados da delimitação dos problemas sociais identificados no Sítio Histórico da Boa Vista (ZEPH 8), bem como nas comunidades que margeiam seu perímetro, a Zona Especial de Interesse Social dos Coelhos (ZEIS COELHOS) e demais Comunidades de Interesse Social (CIS) vizinhas.

Figura 30: Mapa de delimitação da área de estudo



Fonte: Elaboração própria

Dentre os problemas identificados, destacam-se a vulnerabilidade social, baixa renda e moradia de risco dos residentes de parte do tecido histórico e comunidades vizinhas, ademais, soma-se a esses fatores os dados que apontam o crescimento alarmante da população em situação de rua no centro da cidade.

Além da problemática social, é considerado fator determinante para a situação do projeto, a ocorrência de progressiva evasão habitacional do tecido histórico da Boa Vista, até então reduto habitacional resistente à tendência, já histórica, de fuga populacional existente nos demais bairros do centro tradicional. O empobrecimento da população, em paralelo ao abandono das tipologias históricas culminam na degradação e descaracterização paulatina do patrimônio edificado.

Focaliza-se, então, nos serviços de assistência social como estratégia de atuação transversal e mitigadora à problemática identificada na região. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), estabelece níveis de proteção social e determina instrumentos para atuação sobre cada categoria de vulnerabilidade observada, estas definidas conforme o grau de violação, ou iminência de violação, de direitos fundamentais de determinados grupos (BRASIL, 2004).

A escala de proteção social instituída pela PNAS define, num primeiro nível, a Proteção Social Básica. A categoria tem por objetivo prevenir situações de risco e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destina-se à população com vulnerabilidades decorrentes da pobreza e fragilização de vínculos afetivos. O equipamento responsável por executar as ações de proteção básica é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que inclui serviços de orientação, apoio sociofamiliar, oferta de espaços de convivência comunitária e encaminhamento a outras políticas públicas. A instalação do equipamento ocorre em áreas com incidência de vulnerabilidades sociais, e abrange o número de 1000 famílias/ano (BRASIL, 2004).

O segundo nível refere-se à Proteção Social Especial de Média Complexidade, que trata de casos em que há violação de direitos ligados diretamente a situações de violência (BRASIL, 2004). O recorte de atuação desse nível de proteção social não é o enfoque do trabalho realizado, logo seu universo de atuação não será incorporado ao quadro funcional do equipamento projetado.

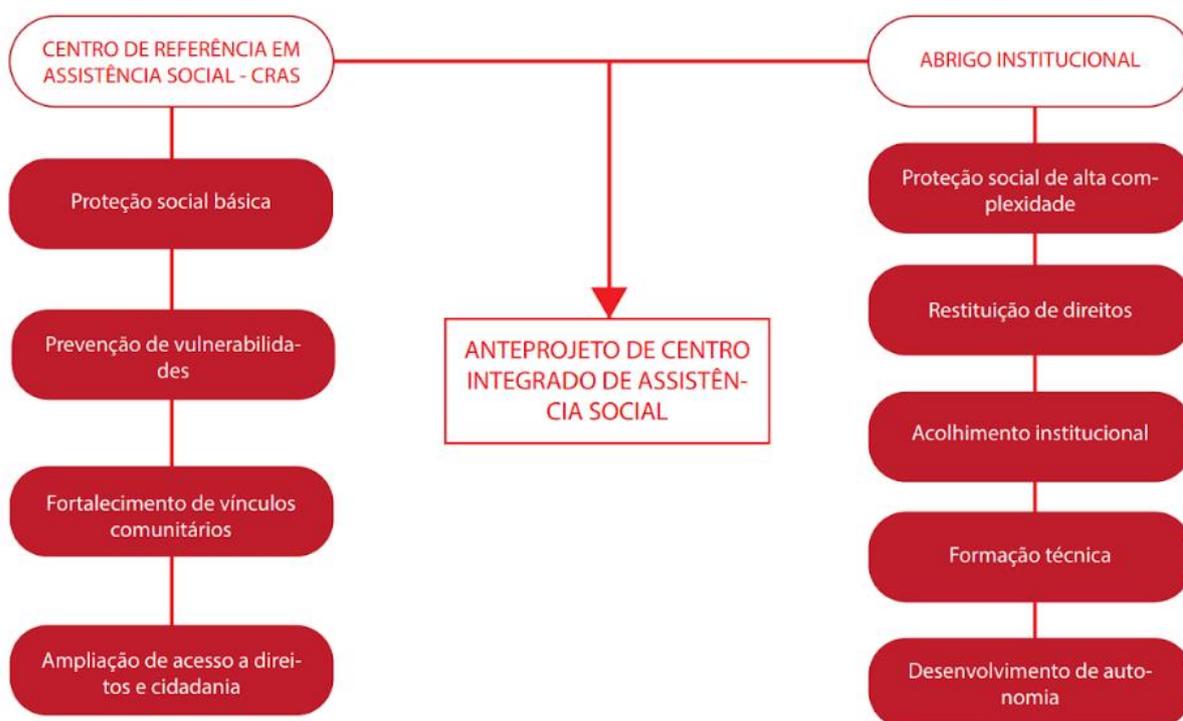
O terceiro e último nível trata da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que atua sobre casos em que houve múltiplas formas de violação de direitos. É o nível de proteção destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, destituídos de seus núcleos familiares e comunitários. Tem como objetivo prover acolhimento e serviços especializados de caráter protetivo, por meio de ações que garantam a proteção integral e a reconstrução de projetos de vida.

Os equipamentos responsáveis por conduzir as ações são materializados na figura de abrigos institucionais, casas-lares, repúblicas, entre outros (BRASIL, 2004).

À vista da problemática social levantada pelo trabalho, propõe-se, por fim, a integração dos equipamentos responsáveis pela gerência das ações de Proteção Social Básica e Proteção Social de Alta Complexidade, de maneira a atender as demandas distintas da população em situação de vulnerabilidade do Sítio Histórico da Boa Vista e entorno.

Para o acompanhamento da população de baixa renda, residente no tecido histórico ou comunidades vizinhas e enquadradas no perfil designado à proteção básica, propõe-se a incorporação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Paralelamente, tendo em vista que os grupos em situação de rua na região possuem composições diversas, opta-se pela adoção do equipamento de proteção de alta complexidade mais abrangente previsto pelo PNAS, o Abrigo Institucional Para Adultos e Famílias. A união dos programas previstos para esses equipamentos, junto a incorporação de funcionalidades subjacentes aos objetivos centrais propostos por eles, compõe a base funcional do Centro Integrado de Assistência Social proposto.

Figura 31: Diagrama explicativo à atuação do equipamento proposto



Fonte: Elaboração própria

A partir do estudo das plantas-modelo do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e do Abrigo Institucional, disponibilizadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), foi realizada a delimitação do programa de necessidades pretendido para o equipamento proposto. O método de análise consistiu na setorização das plantas em função do caráter das atividades desenvolvidas em cada espaço. Os setores identificados foram, então, categorizados como: setor técnico, setor administrativo, setor lúdico, setor de convivência, setor de área livre, setor de apoio e setor de circulação.

Figura 32: Estudo de setorização dos equipamentos incorporados



Fonte: Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Adaptado.

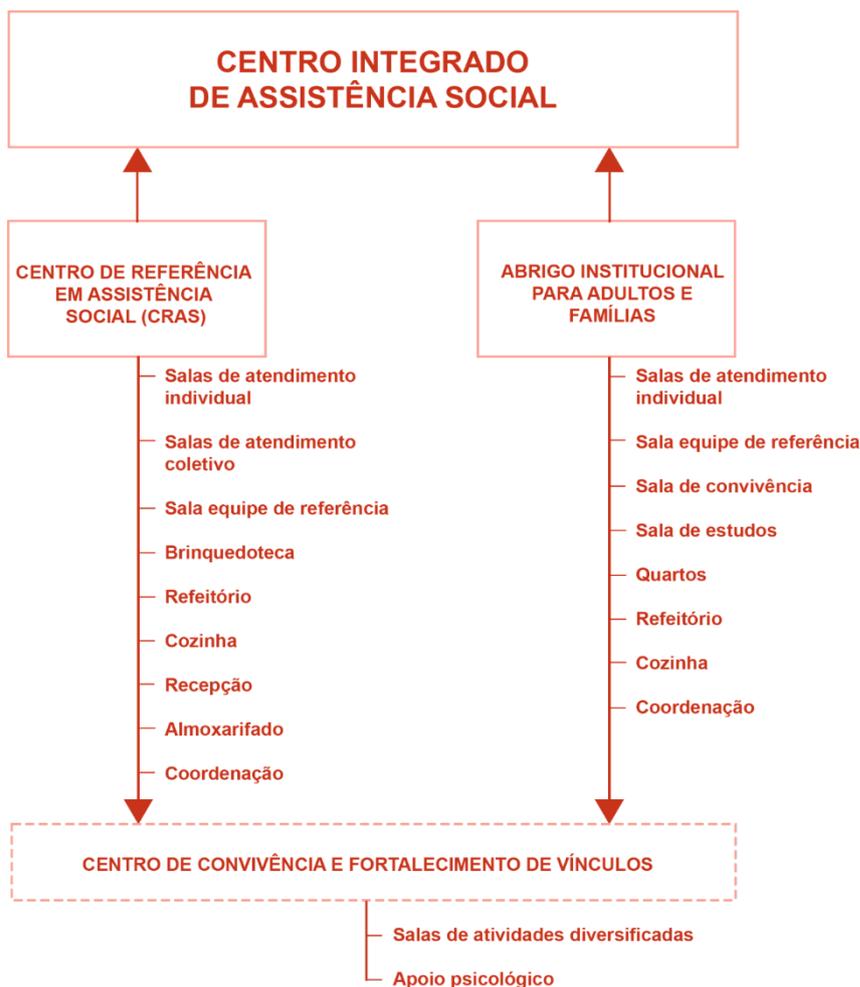
A partir da análise dos equipamentos padrão, percebe-se uma discrepância entre intenção e prática na execução dos serviços em sua completude. Dentre as premissas fundamentais estabelecidas pela PNAS, destaca-se para a Proteção Social Básica (CRAS), a necessidade de promoção de espaços de socialização, que

engajem a comunidade em prol do fortalecimento de vínculos. Para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Abrigo Institucional), aponta-se a necessidade de espaços para realização de atividades lúdicas e qualificadoras, em função do desenvolvimento humano dos internos (BRASIL, 2004). Em ambos os equipamentos se percebe a falta de espaços destinados à realização dessas premissas.

Como forma de suprir a carência identificada, realizou-se uma nova exploração da PNAS, com o objetivo de selecionar alternativas contextualizadas que pudessem ser agregadas ao projeto. Da busca, identificou-se o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, equipamento complementar à Proteção Social Básica, que objetiva promover o convívio social e comunitário, oferece espaços para desenvolvimento de atividades diversificadas e de apoio psicológico (BRASIL, 2004).

Ainda segundo a PNAS, o Centro de Convivência deve promover a articulação com outros equipamentos e serviços da rede de assistência social (BRASIL, 2004), de maneira que se julgou pertinente a incorporação de sua funcionalidade ao Centro Integrado de Assistência Social proposto, como forma de abranger o máximo de ações integrativas possível, transmutando o equipamento em um objeto agregador, não apenas voltado à realização de atividades técnicas. Do arranjo resulta o seguinte esquema programático.

**Figura 33: Esquema programático**



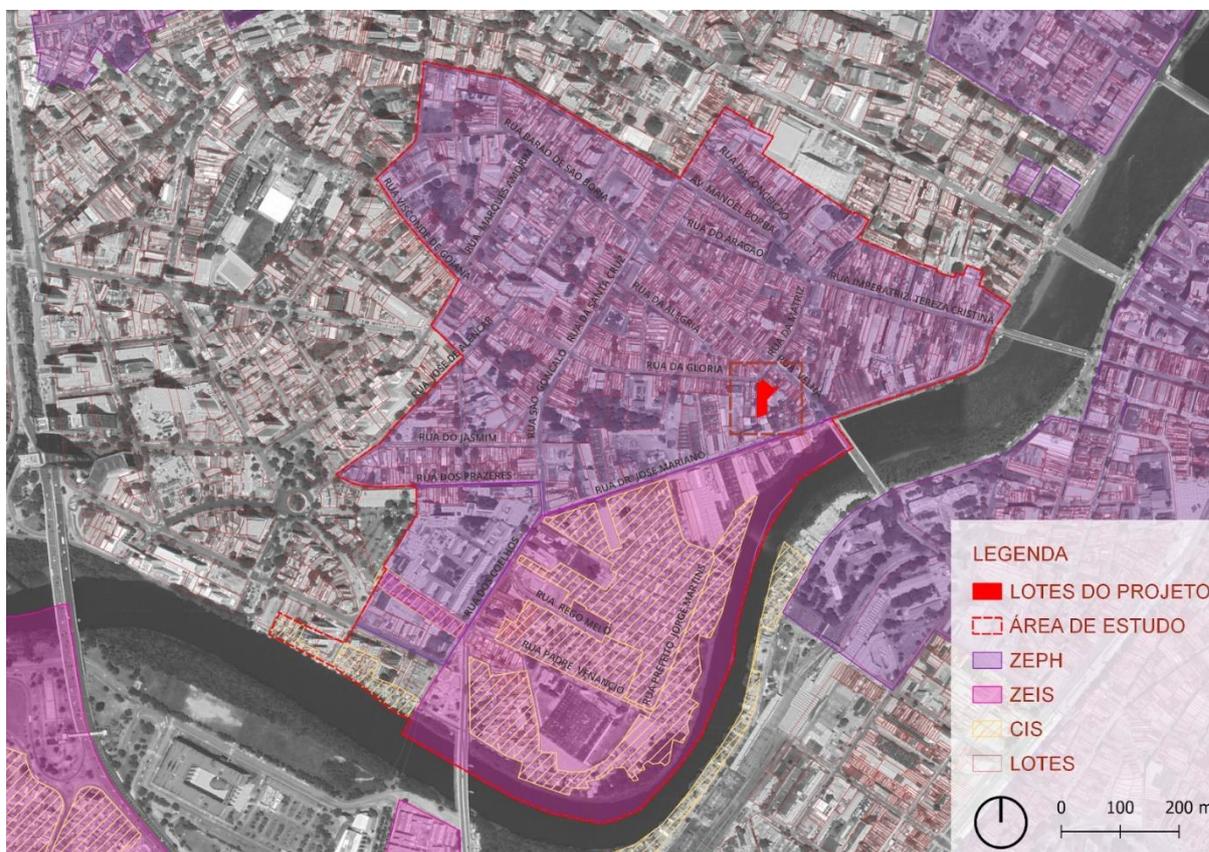
Fonte: Elaboração própria

### 3.2 SELEÇÃO E LEVANTAMENTO DOS LOTES

A escolha do sítio para a implementação do Centro Integrado de Assistência Social foi atravessada pelos fatores abordados na problemática delimitada ao longo do trabalho. Dessa forma os critérios estabelecidos foram: terreno em desuso, inserido no Sítio Histórico da Boa Vista (ZEPH 8) e em proximidade às comunidades vulneráveis, presença de tipologias históricas degradadas a serem reabilitadas, adaptadas e integradas à funcionalidade do equipamento, presença de área livre necessária para a inserção de novas edificações, de maneira a abranger a completude do programa de necessidades previsto. Localiza-se, então, três lotes na Rua da Glória

que unidos se encaixam às condições estabelecidas. São eles os de número 187, 189 e 193.

Figura 34: Mapa de localização dos lotes selecionados



Fonte: Elaboração própria

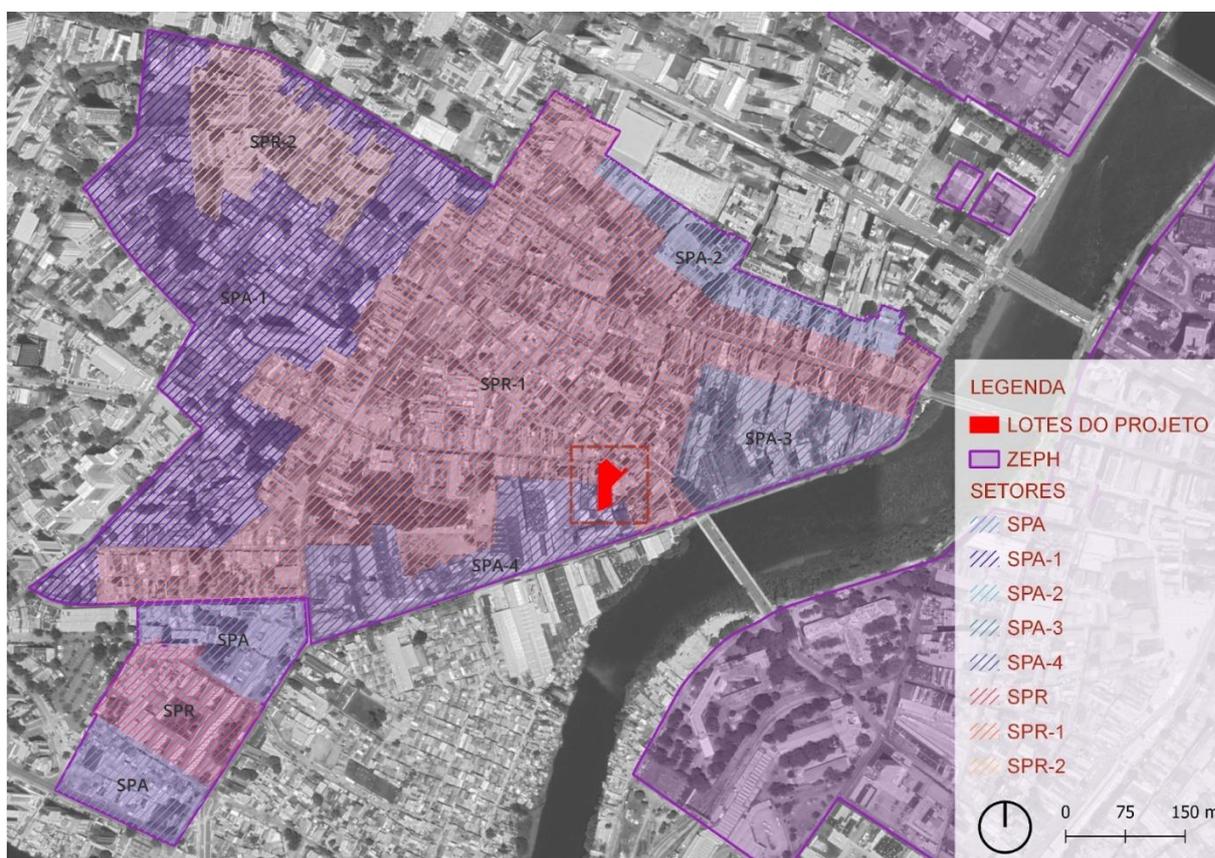
O Plano Diretor do Recife institui as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH) com base na identificação de áreas com presença de atributos relevantes para a preservação da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade. As ZEPHs são subdivididas em setores de proteção com conceituações distintas, pautadas na diversidade dos padrões morfotipológicos existentes (RECIFE, 2021).

São intitulados Setores de Preservação Ambiental (SPA) e Setores de Preservação Rigorosa (SPR), suscetíveis, ainda, a outras distinções dentro das próprias denominações. A setorização tem por objetivo alcançar maior flexibilidade na definição dos regramentos de uso e ocupação do solo, que podem ser mais ou menos restritivos, a partir das peculiaridades que cada núcleo ou subnúcleo apresenta (RECIFE, 2021).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS/1996) vigente, reforçada pelo Plano Diretor (PD/2021), determina a exigência da elaboração de Plano Específico para o manejo de cada ZEPH demarcada. Os planos devem ser regulamentados em caráter de lei e são responsáveis por definir os parâmetros de uso do solo das zonas históricas.

O Plano Específico da área, regulamentado por meio da Lei Municipal Nº 18.046/2014, define parâmetros urbanísticos apenas para os SPAs e indica análise especial, caso a caso, para intervenções pretendidas em SPRs. Os lotes selecionados para o projeto localizam-se na SPR-1, dessa maneira, não são levados em consideração parâmetros urbanísticos rígidos para a implementação do projeto.

Figura 35: Setores de proteção ambiental da ZEPH 8



Fonte: Elaboração própria

Os lotes selecionados possuem diversas especificidades. Os de número 187 e 189 têm ocupação datada do início do século XIX e apresentam tipologia característica dos sobrados coloniais da época, com lotes em tronco de cone, estreitos e longos e edificações coladas em ambos os lados. O lote 193 apresenta conformação

irregular, com ocupação datada do início do século XX, possui edificação térrea com características neoclássicas, colada em apenas um lado do lote (RECIFE, 2020).

Figura 36: Lotes 187, 189 e 193 selecionados para o desenvolvimento do projeto.



Fonte: ESIG Recife. Adaptado.

Tabela 1: Área dos lotes selecionados segundo portal de informações geográficas do Recife.

LOTE	ÁREA DO LOTE (m <sup>2</sup> )	ÁREA CONSTRUÍDA (m <sup>2</sup> )
187	255,30	148,50*
189	156,90	349,11*
193	759,60	398,16*

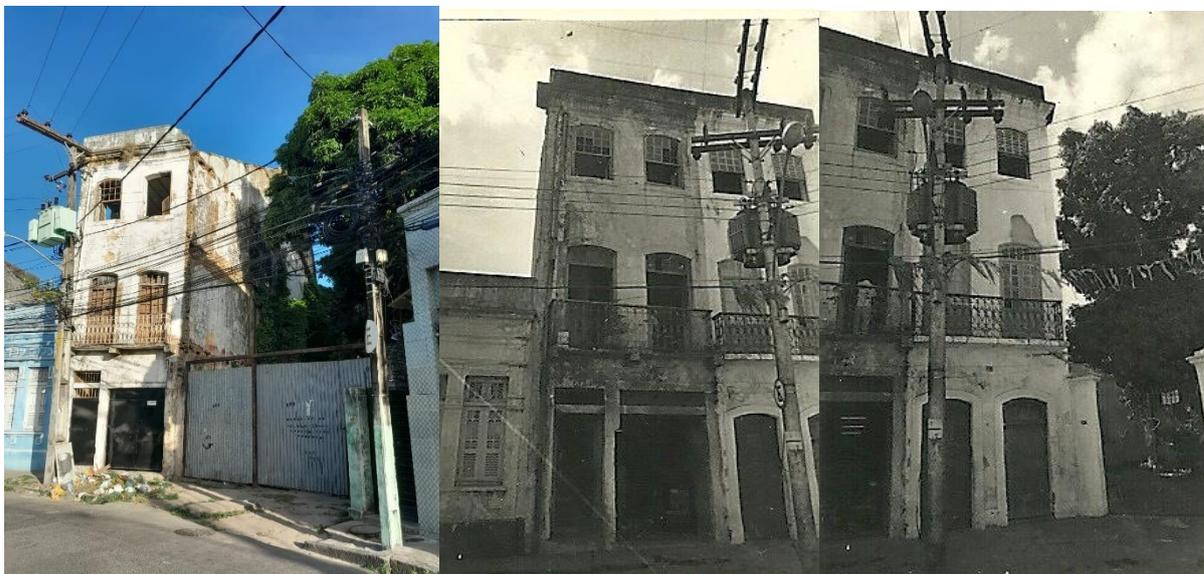
\*Com base em levantamentos in loco, nota-se que há inconsistências nos dados relativos às áreas construídas.

Fonte: ESIG Recife. Adaptado.

Através de levantamento in loco é possível perceber que a situação atual do sítio apresenta características bastante diversas em relação aos dados disponibilizados pelo portal de informações geográficas do Recife. Segundo informações coletadas na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), o sobrado outrora existente no lote 189 ruiu em meados de 2016, o que causou comprometimento à estrutura do sobrado ainda existente no lote 187 e gerou uma lacuna no conjunto histórico.

As edificações restantes apresentam estado de conservação precário, embora ainda conservem boa parte de suas características originais. O sobrado existente no lote 187 passou por recorrentes alterações internas ao longo do tempo, acompanhadas por mudanças de uso, atualmente encontra-se abandonado. Com relação à fachada original, destaca-se a completa descaracterização do pavimento térreo devido a dilapidação e substituição dos portais originais por vãos de abertura que não dialogam com os padrões estabelecidos nos sobrados originais, além da adição de portões de alumínio. O registro fotográfico mais antigo que se teve acesso data da década de 80, época em que as alterações apontadas já haviam sido feitas.

Figura 37: Situação atual e década de 80.



Fonte: Registro próprio; Arquivo DPPC

Por meio do levantamento histórico das edificações, nota-se que os sobrados originalmente figuravam como gêmeos idênticos, com testadas de mesma dimensão, repetição no ritmo e dimensões das aberturas em arco abatido, replicação do modelo

dos balcões, utilização do mesmo tipo de esquadrias, além da continuidade precisa dos frisos e platibandas, o que conduz a abordagem de ambos como par indissociável, através do entendimento de que um representava o complemento do outro. Em outras palavras, o desabamento do sobrado do lote 189 gerou incompletude em duas escalas, pois representa lacuna no conjunto urbano e na leitura do par. Em registro datado de 2007 é possível notar o argumento com clareza.

Figura 38: Estudo dos padrões compositivos dos sobrados



Fonte: Arquivo DPPC. Adaptado.

Por sua vez, a edificação do lote 193, datada do início do século XX, apresenta implantação e tipologia atípica em relação ao casario do conjunto histórico. Tendo sido construída no centro do lote, foge ao padrão das edificações térreas contíguas à rua que compõem o perfil urbano. Isso se deve à janela temporal que separa a ocupação

do lote 193 do restante da Rua da Glória, cuja datação das ocupações iniciais variam, majoritariamente, entre início do século XVIII e final do século XIX, época em que as edificações obedeciam a regramentos bastante rígidos na relação entre o espaço urbano e o ambiente construído (RECIFE, 2020).

Em situação semelhante ao sobrado já analisado, a edificação do lote 193 passou por diversas alterações internas ao longo do tempo, com a construção paulatina de anexos, contíguos à estrutura histórica e ao fundo do lote. Após mudanças sequenciais de uso, atualmente está abandonada. A edificação não possui estilo definido, embora apresente elementos que a aproximam do neoclássico: eixo de simetria, aberturas e molduras em verga reta e utilização de óculos alinhados às aberturas.

Comparativamente, percebe-se que a fachada não passou por alterações consideráveis ao longo do tempo. Através de levantamento histórico nota-se que os anexos construídos defronte à fachada foram retirados, retornando a edificação ao seu padrão original, mesmo que em estado de conservação precário, todos os elementos se mantêm.

Figura 39: Edificação do lote 193 - atualmente versus década de 80



Fonte: Registro próprio; Arquivo DPPC

O lote 193 foi o único onde houve possibilidade de acesso para realização de levantamento fotográfico. Da visita foi possível identificar os escombros do sobrado

desmoronado e dos resquícios remanescentes, registrou-se fragmento da empena, que se manteve fixada à edificação histórica térrea com a qual era originalmente conjugada. O elemento é, então, considerado para integrar a intervenção pretendida, como forma de preservar a memória do sobrado original desabado.

Figura 40: Resquício remanescente da empena do sobrado desmoronado



Fonte: Registro próprio

Na parte posterior da edificação foram identificados diversos anexos espúrios. Conjugado ao edifício histórico foi registrada a existência de volume de acesso a um primeiro pavimento, com laje construída no intervalo entre as aberturas das janelas e os óculos. Ao fundo do lote verificou-se a existência de escombros de um galpão, já desativado há alguns anos.

Figura 41: Anexos construídos na parte posterior do lote 193



Fonte: Registro próprio

O interior da edificação encontra-se bastante modificado com relação às plantas originais, com a criação de diversos cômodos conjugados que excedem os

limites da estrutura histórica, além da construção de laje intermediária e substituição da cobertura original. Em compensação, foi verificada a condição parcialmente íntegra dos elementos de fachada, as esquadrias e os óculos.

Figura 42: Interior da edificação 193

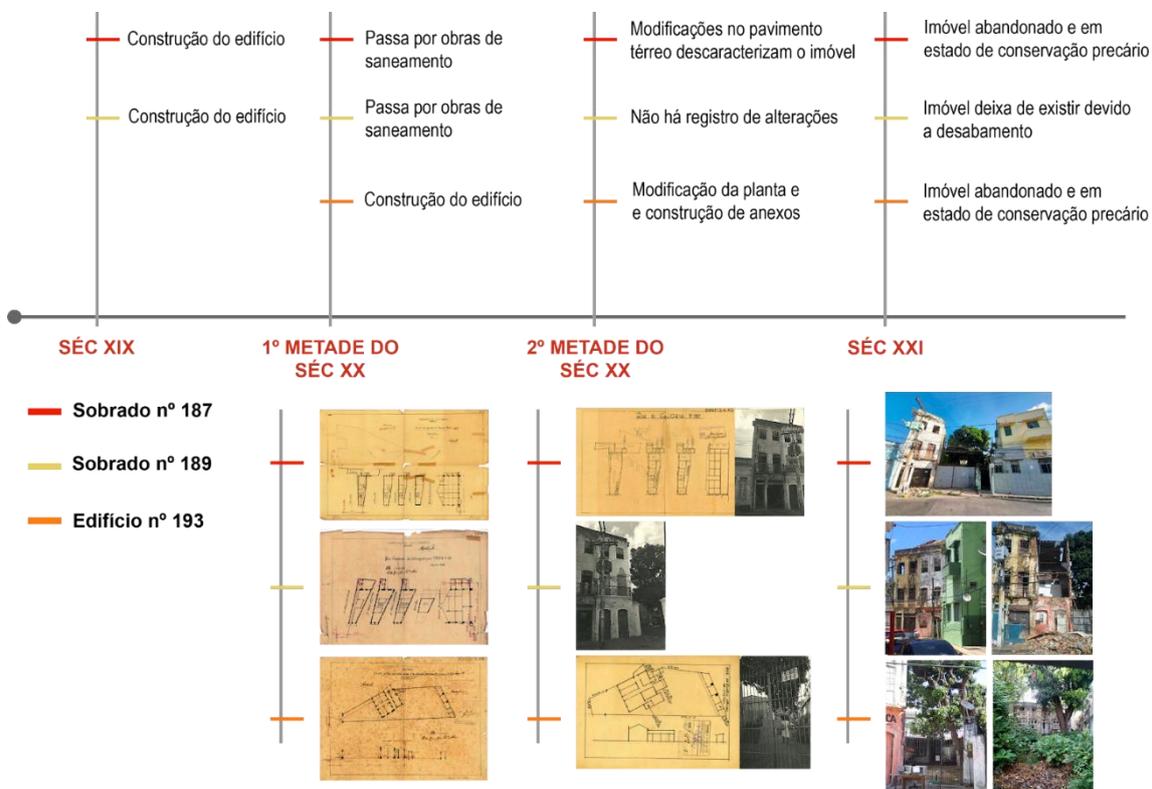


Fonte: Registro próprio.

Os levantamentos históricos são sintetizados em uma linha do tempo que registra a trajetória das edificações estudadas e enfatiza as alterações físicas e de uso, conforme registros disponibilizados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC). Como complemento à caracterização do estado atual dos imóveis, é

realizado mapa de danos das fachadas, de maneira a guiar as intervenções de recuperação.

Figura 43: Linha do tempo das edificações

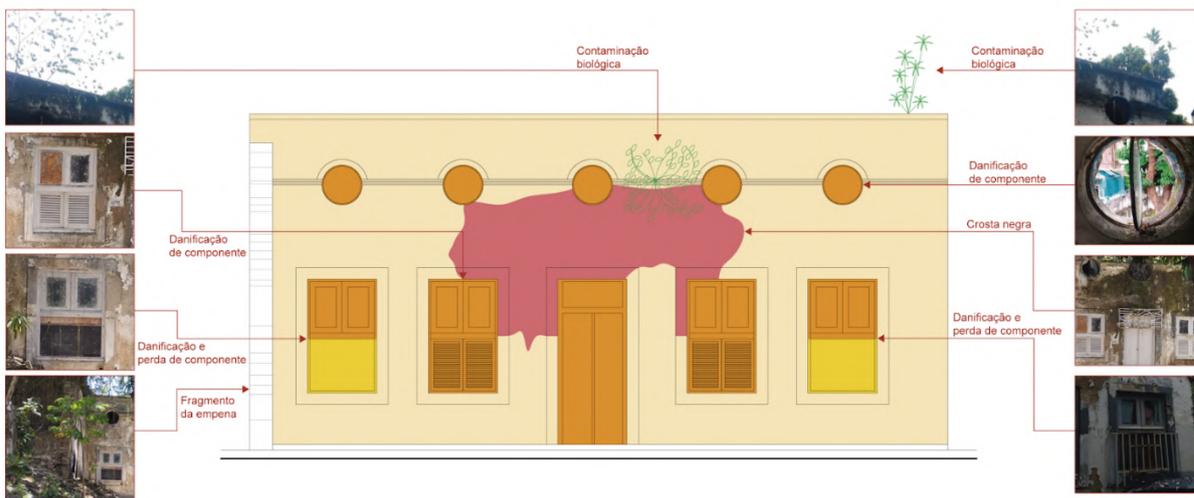
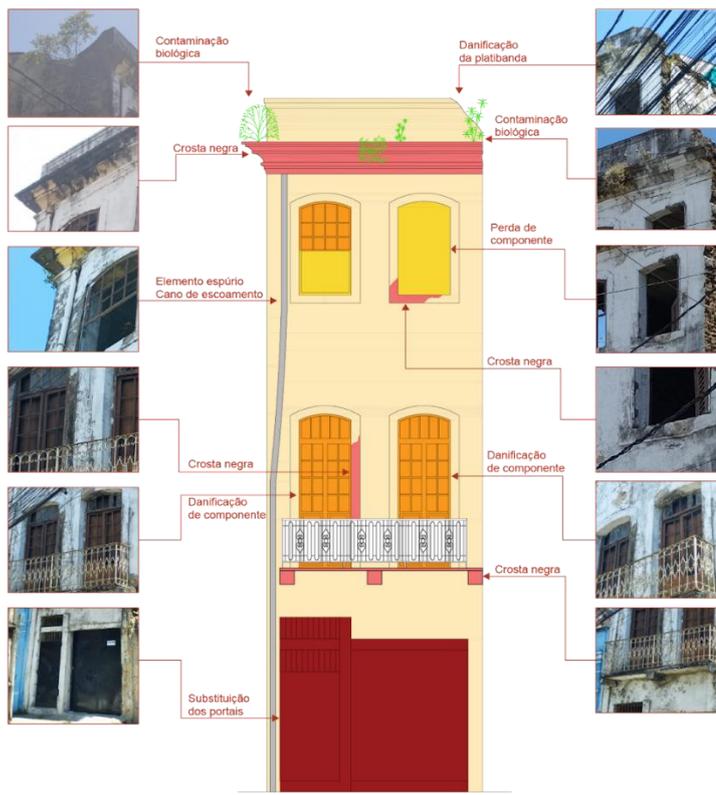


Fonte: Compilação do autor.

Figura 44: Mapa de danos

**LEGENDA**

- Descamação da pintura, descolamento de reboco e infiltração
- Crosta negra
- Danificação do componente
- Perda de componente
- Descaracterização e substituição dos componentes
- Contaminação biológica



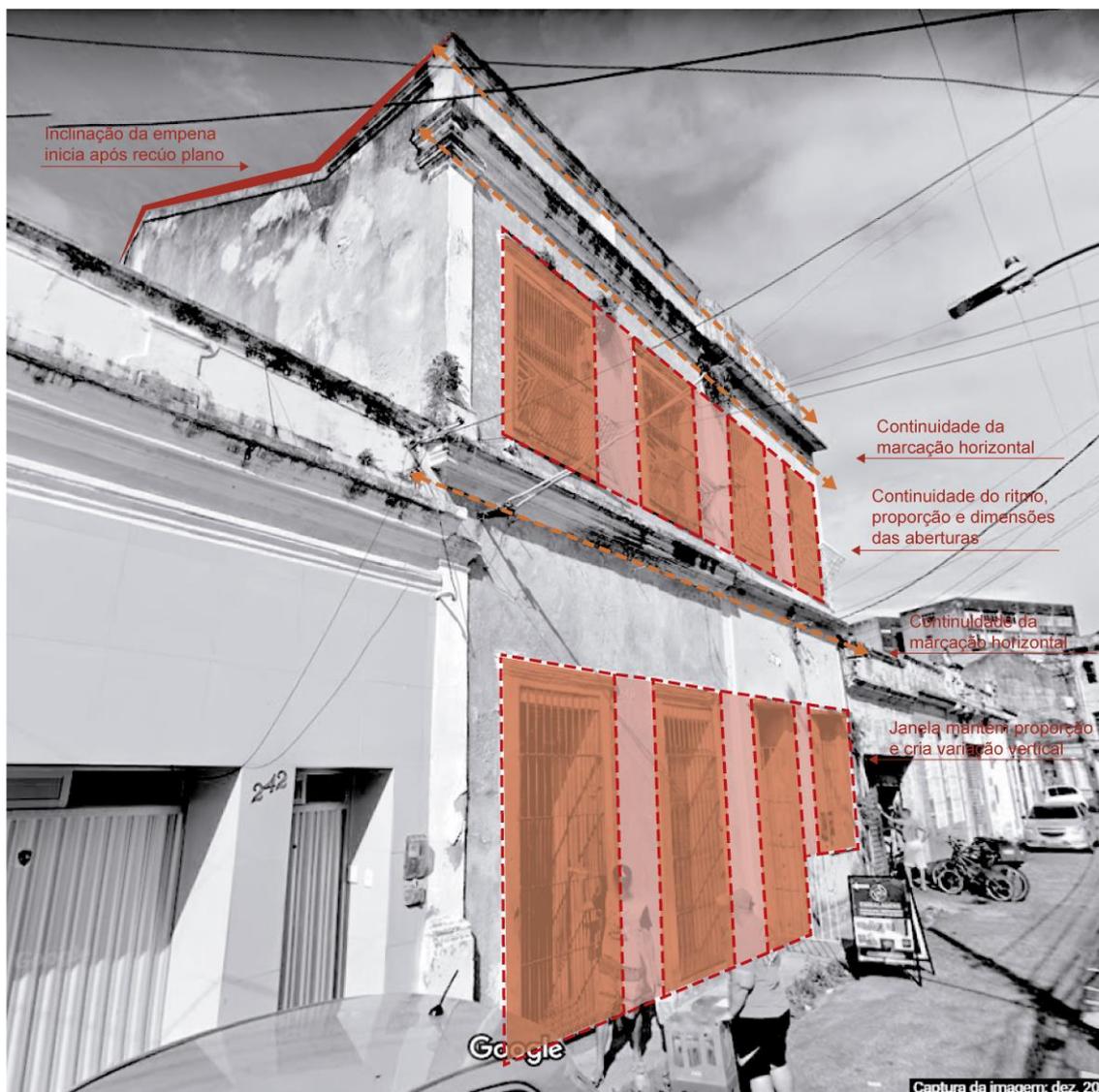
Fonte: Elaboração própria.

### 3.3 LEITURA DO CONJUNTO HISTÓRICO

Para contextualizar em escala mais ampla os padrões compositivos identificados nas edificações selecionadas para o projeto, foi realizada uma análise de outros sobrados na Rua da Glória. O objetivo da análise é guiar as ações de inserção de novos componentes na lacuna deixada pelo sobrado que desabou em 2016 e identificar ações coerentes para reverter as descaracterizações sofridas pelo sobrado existente e reabilitar de maneira coerente sua fachada. A análise se concentra em entender os padrões compositivos dos sobrados, incluindo o ritmo, proporções e dimensões das aberturas, elementos de marcação horizontal como frisos e cornijas, características gerais das empenas e platibandas, e o grau de complementaridade entre os sobrados vizinhos, ou seja, se eles possuem autonomia entre si ou se reproduzem o modelo identificado nos sobrados objetos de projeto, figurando como gêmeos que possuem relação de continuidade compositiva precisa entre si, inclusive por meio do compartilhamento de elementos de fachada.

A análise dos sobrados de números 234 e 240 na Rua da Glória revela características similares no ritmo, proporção, dimensões de aberturas e elementos de marcação horizontal que seguem uma lógica de continuidade. No entanto, há uma variação vertical que gera assimetria entre eles, como a última abertura do térreo do sobrado que apresenta janela em vez do portal de acesso que replicaria o sobrado vizinho. Os elementos horizontais, embora alinhados, apresentam diferenças, talvez devido a modificações posteriores à construção original. É interessante notar que a platibanda da fachada tem continuidade na primeira etapa de desenvolvimento da empena do sobrado, gerando um recuo plano antes do desenvolvimento da inclinação da cobertura, um padrão comum encontrado em outros sobrados do conjunto histórico.

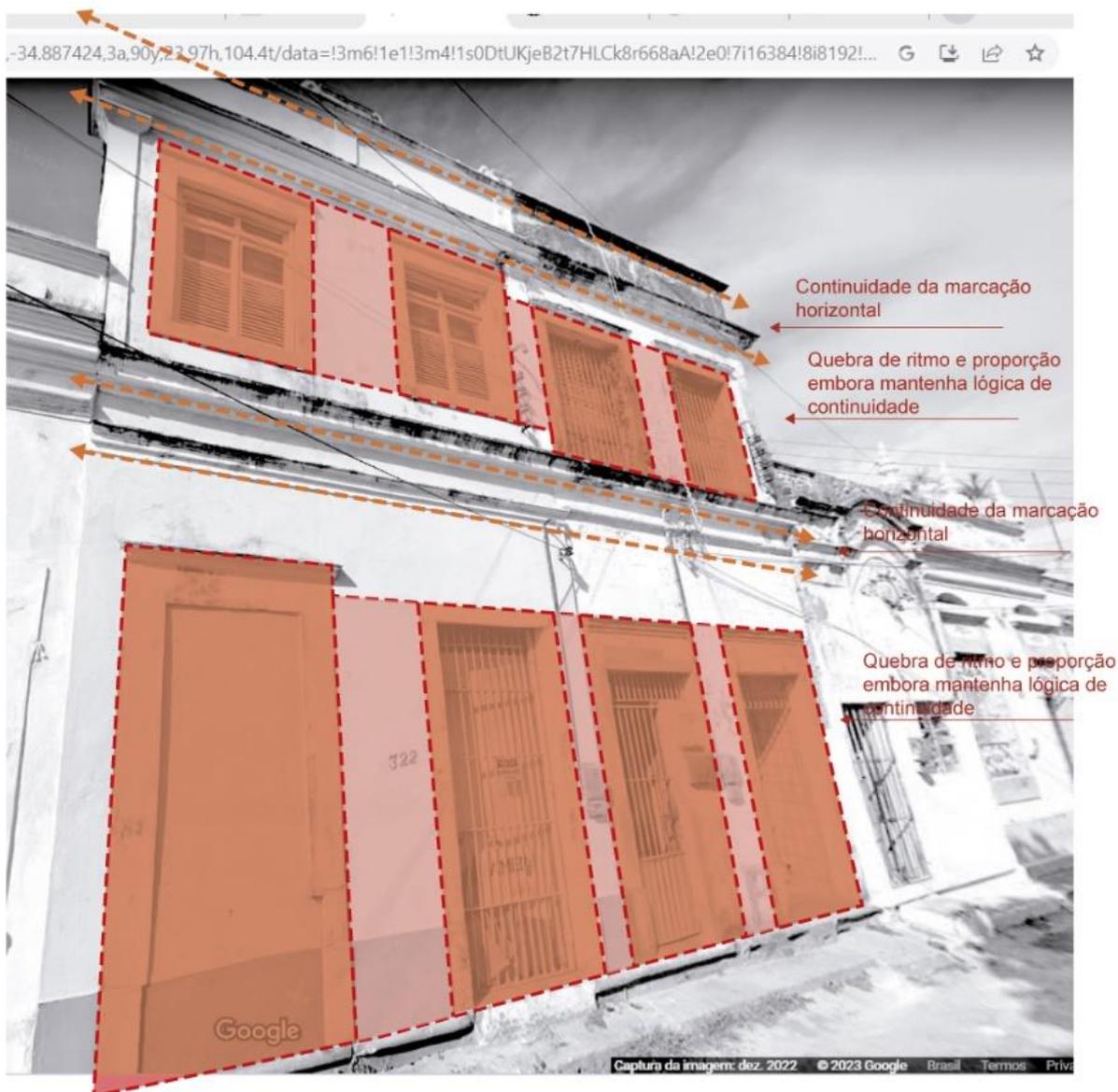
Figura 45: Rua da Glória nº 240 e 234



Fonte: Google Maps. Adaptado.

Na análise segundo par de sobrados da Rua da Glória, correspondente aos lotes de números 318 e 322, observa-se lógica de continuidade similar ao primeiro caso, com variações verticais que geram assimetria entre ambos. O ritmo e proporção das aberturas demonstram intenção de continuidade, mas apresentam um desalinhamento que pode ter sido causado por intervenções posteriores ou falhas na execução. Porém, ao contrário do primeiro caso, as marcações horizontais dos frisos, cornijas e platibanda possuem continuidade precisa, conectando os sobrados e conferindo-lhes noção de unidade.

Figura 46: Rua da Glória nº 322 e 318

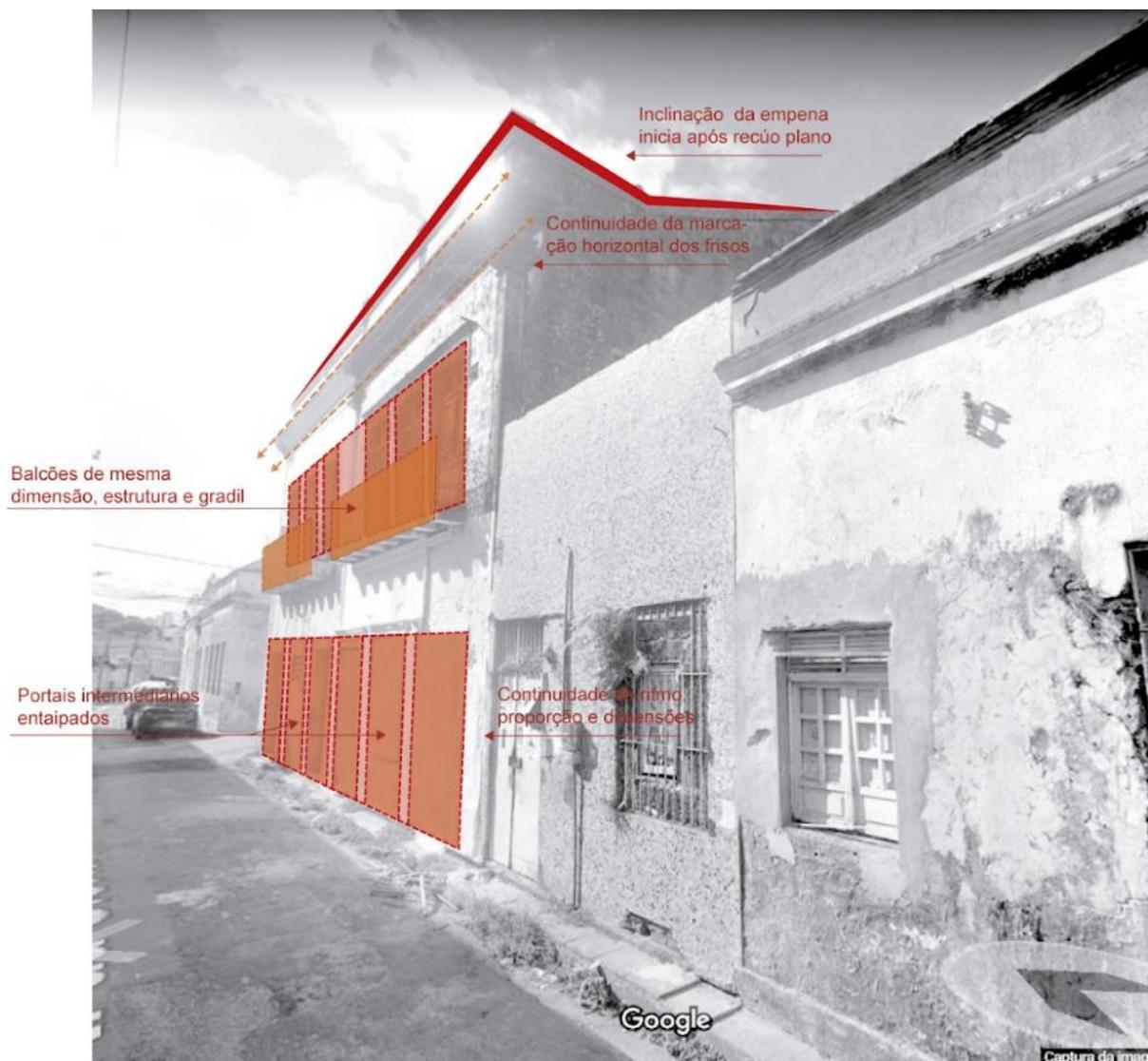


Fonte: Google Maps. Adaptado.

Na análise do terceiro par de sobrados da Rua da Glória, composto pelos números 366 e 374, podemos observar que eles apresentam unidade visual marcada pelo ritmo, proporção e dimensões das aberturas. Além disso, os balcões idênticos, que possuem estrutura em cachorros de pedra típica dos sobrados coloniais, e o gradil com mesmo padrão, também contribuem para essa unidade visual. A continuidade da platibanda na primeira etapa de desenvolvimento da empena, que precede a inclinação da cobertura, também é uma característica identificada nos sobrados deste par. No entanto, apesar de possuírem diversas similaridades, cada um deles apresenta variantes ornamentais que os diferenciam, como a forma das molduras das

aberturas e o uso de azulejos na fachada. Essas diferenças, aliadas às semelhanças, contribuem para a riqueza estética do conjunto arquitetônico da rua.

Figura 47: Rua da Glória nº 366 e 374



Fonte: Google Maps. Adaptado.

Como resultado das análises realizadas, conclui-se que embora os sobrados do conjunto histórico apresentem variações pontuais em suas composições, prevalece a lógica de continuidade e unidade entre os pares. Elementos como frisos, cornijas e platibandas são compartilhados entre eles, e há predominância de repetição nos ritmos, proporções e dimensões das aberturas. Esse padrão também se repetia nos sobrados selecionados para desenvolvimento do projeto, o que reforça a validade das impressões iniciais colhidas na análise individual do par e direciona as ações que

devem guiar o processo de recomposição da imagem do par, afetado pelo desabamento de um dos sobrados. Enfatiza-se que a lacuna deixada pelo desabamento representa uma descaracterização na escala individual do par e na escala do conjunto histórico, portanto, é visto como imperativo o preenchimento do espaço vazio em função da recomposição da imagem da dupla.

### 3.4 PROPOSTA

É realizada a classificação, delimitação e categorização dos elementos identificados no interior dos lotes entre "edifícios históricos", "escombros de desabamento" e "anexos espúrios construídos ao longo do tempo". Os edifícios históricos têm sua conservação e reabilitação garantidas, os escombros de desabamento passam por análise para agregar à nova proposta os elementos com possibilidade de reaproveitamento. Já os anexos espúrios são marcados para remoção, por não possuírem valor histórico ou arquitetônico, e dão lugar a novas construções que complementam os espaços úteis necessários para abrigar o conteúdo programático do equipamento.

Figura 48: esquema de identificação dos elementos construídos nos lotes.



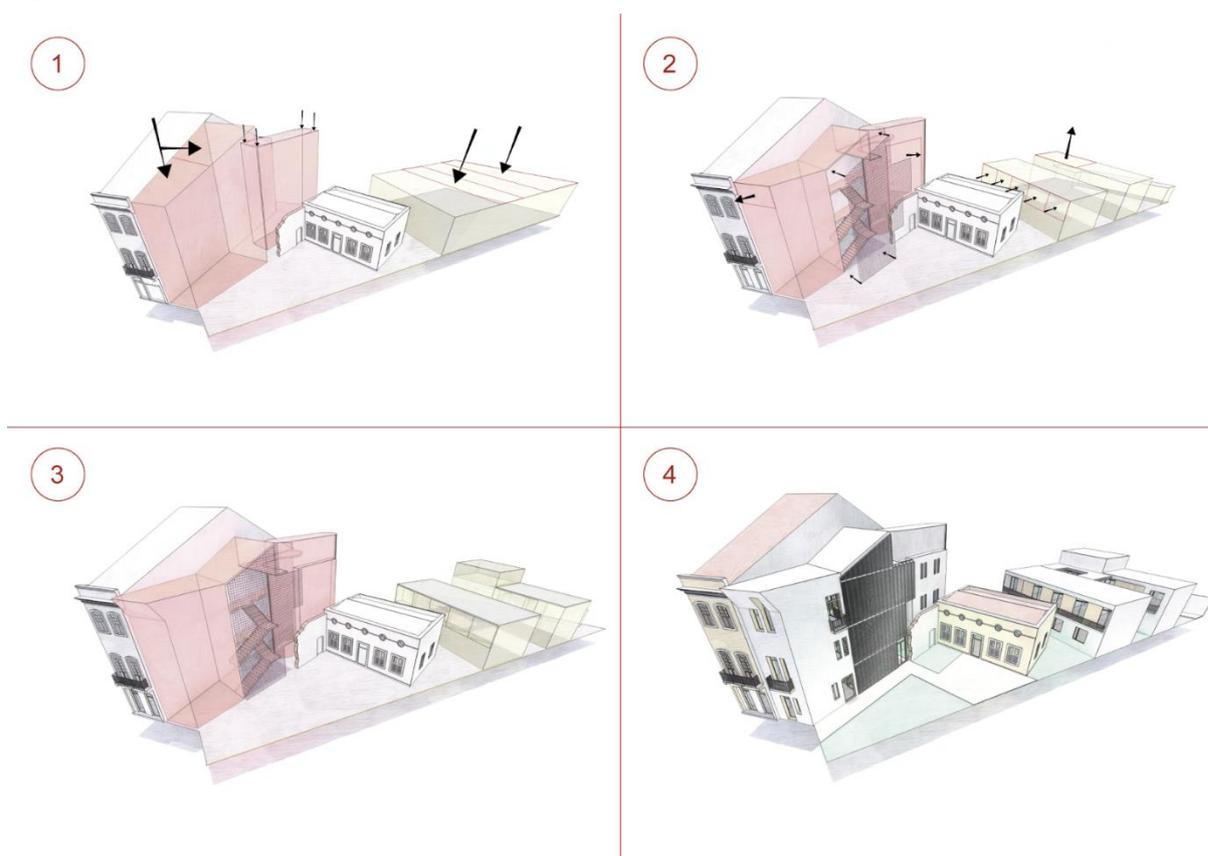
Fonte: ESIG Recife. Adaptado.

A proposta de projeto é desenvolvida em três etapas. A primeira etapa é responsável por delimitar as lâminas dos edifícios novos a serem construídos. Para isso é levado em conta a morfologia do conjunto histórico, o resgate da leitura urbana e arquitetônica perdida e o protagonismo dos edifícios patrimoniais na paisagem. Nesta etapa, são definidas as dimensões dos novos edifícios, sua implantação, gabarito e a relação entre eles e as estruturas históricas existentes.

Na segunda etapa, é realizada a delimitação das plantas-baixas, que leva em consideração a continuidade dos fluxos de passagem e a valorização das estruturas históricas, por meio da criação de diversos acessos de contemplação. O processo torna-se fundamental para garantir que os novos edifícios proporcionem permeabilidade na circulação interna do conjunto e permitam que os usuários possam acessar e contemplar as estruturas históricas por diversas passagens.

A terceira etapa é responsável pela delimitação da composição das fachadas dos novos edifícios e tem como ponto de partida o entendimento dos padrões compositivos estabelecidos pelo conjunto histórico. Esta etapa é crucial para garantir que os novos edifícios se harmonizem às estruturas históricas existentes e respeitem a linguagem arquitetônica estabelecida pelo sítio histórico. São definidos os ritmos de aberturas, a lógica de cheios e vazios e a reinterpretação de elementos como os balcões, os frisos e os portais de acesso, além da inserção de planos vazados, que garantam leveza e permeabilidade visual às novas estruturas. A abordagem garante que os novos edifícios sejam coerentes com o sítio histórico, mas também tragam uma nova contribuição arquitetônica para o conjunto.

Figura 49: esquema de evolução do projeto.

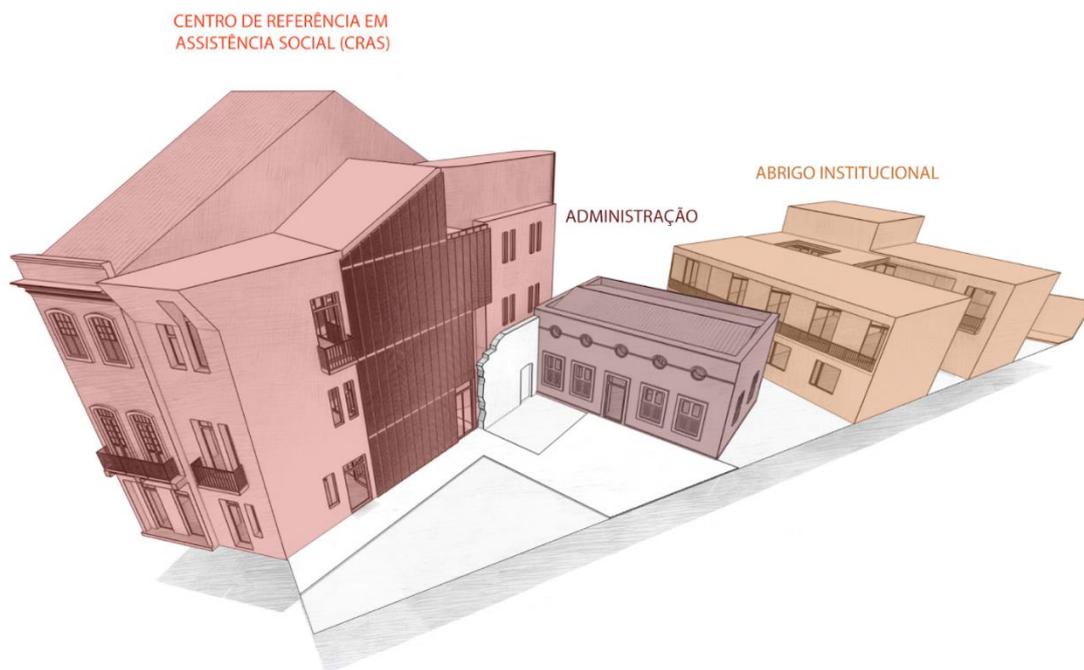


Fonte: Elaboração própria.

A alocação do programa de necessidades **f(33)** do Centro Integrado de Assistência Social foi feita conforme a tipologia das edificações e grau de privacidade e circulação previsto para os equipamentos. Dessa maneira, os lotes 187 e 189, com tipologia de sobrados coloniais, abrigam a funcionalidade do Centro de Referência em

Assistência Social (CRAS). O novo edifício, construído ao fundo do lote 193, abriga a funcionalidade do Abrigo Institucional e a edificação histórica térrea, pela posição central e facilidade de acesso a ambos os equipamentos, abriga os serviços administrativos.

Figura 50: Esquema de alocação do programa



Fonte: Elaboração própria.

Para adaptação do sobrado existente, foi promovida a união funcional com o anexo vizinho, por meio da transferência das circulações verticais e horizontais e áreas molhadas para o bloco de anexo, decisão que tornou o espaço interior da estrutura histórica completamente útil para a alocação das células funcionais do equipamento.

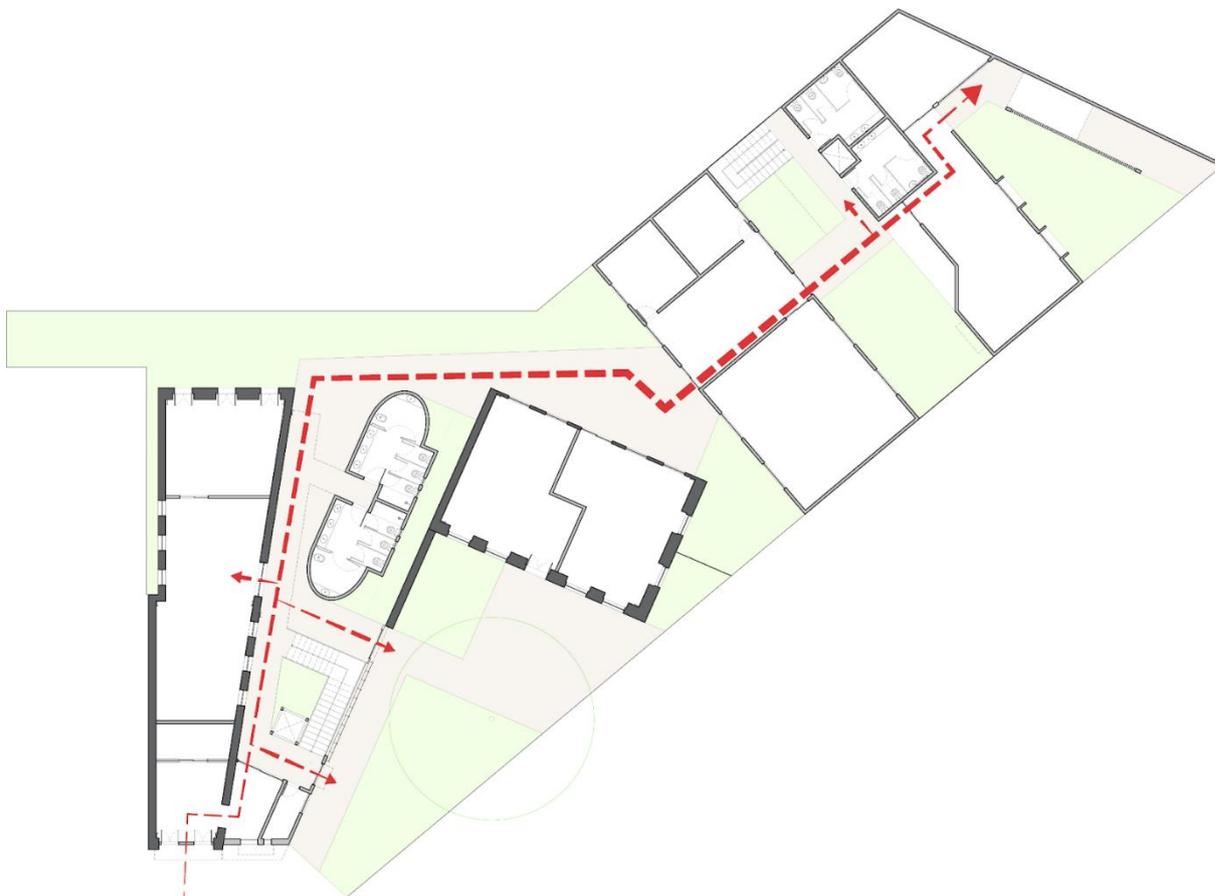
Além disso, a tipologia histórica do sobrado colonial apresenta problemas de adequação aos padrões contemporâneos de salubridade, uma vez que o tronco do edifício não possui aberturas para entrada de luz natural e ventilação. É comum se observar a criação de poços de iluminação intermediários ao longo do edifício para suprir essa necessidade, pois trata-se de uma tipologia que apresenta, em via de regra, edificações geminadas em ambos os lados do lote, o que não permite aberturas laterais. Entretanto, o contexto excepcional criado pelo desabamento do antigo sobrado vizinho permite que as aberturas sejam feitas ao longo da empena do edifício

restante. É precisamente nesse ponto onde é feita a integração entre os blocos, histórico e proposto.

O novo bloco, anexo ao sobrado existente, foi projetado para rememorar a materialidade do sobrado desabado, porém com a adoção de soluções capazes de quebrar a solidez típica dessas tipologias históricas e alcançar o objetivo de dotar a construção de leveza e transparência. O desafio é imposto pela tipologia do lote, demasiadamente estreito e longo, onde a alocação de um edifício massivo poderia causar sensação de enclausuramento. Para alcançar esse objetivo, primou-se pela inserção de elementos soltos ao longo do vão, como as passarelas de acesso, as escadas e o volume das áreas molhadas, que nessa disposição proporcionam a sensação de ampliação do espaço. Além disso, foi adicionada a fachada em chapa metálica perfurada na face lateral, que se volta para o pátio da edificação histórica térrea e fornece iluminação e ventilação ao interior do novo volume.

Para além, o edifício anexo foi pensado como um bloco de concentração e condução de fluxos, responsável por guiar os percursos e promover integração e acesso às demais áreas do conjunto trabalhado. A intervenção valoriza a edificação térrea preexistente, que historicamente figurava isolada e pouco vista no centro de seu lote, cujo pátio frontal agora torna-se um espaço de cruzamento de fluxos e põe o edifício histórico em posição central de protagonismo.

Figura 51: Esquema de distribuição dos fluxos a partir do anexo do lote 189



Fonte: Elaboração própria.

É realizada adequação à edificação histórica térrea do lote 193 para abrigar os usos administrativos do Centro Integrado de Assistência Social, concentra em seu interior as coordenações dos equipamentos que integram o projeto. Os acessos são pensados estrategicamente para facilitar os percursos e acessos, tanto para a parte frontal do lote, onde está alocado o CRAS, quanto para os fundos, onde fica o Abrigo Institucional.

O Abrigo Institucional se desenvolve em dois blocos distintos, conectados por meio de passarelas flutuantes, seguindo a mesma linguagem da intervenção realizada no primeiro bloco de anexo. A disposição dos blocos gera um pátio central e um pátio ao fundo do lote, postos como espaços livres de convivência e contemplação que proporcionam contato direto com o ambiente exterior. Além disso, os pátios criam interfaces diretas a todas as células do equipamento.

O primeiro bloco, por onde o edifício é acessado, tem em seu térreo as salas voltadas às atividades técnicas do equipamento, e no andar superior são posicionados os quartos coletivos. No segundo bloco se concentram as áreas de convivência e

lazer, além das áreas molhadas e de apoio, como a cozinha e a área de serviço. No pavimento superior são alocados os vestiários e a sala de estudos, que possuem conexão direta com os quartos do primeiro bloco através de passarelas. O arranjo foi pensado segundo a lógica de posicionar as áreas voltadas exclusivamente à utilização dos internos em espaços que naturalmente evitem fluxo desnecessário, haja visto que o Abrigo, diferente do CRAS, possui funcionalidade focada na resolução de problemas mais específicos e com capacidade reduzida de atendimento. Portanto, os espaços de caráter coletivo são posicionados no térreo, onde eventualmente indivíduos de outros recortes venham a utilizar, e de caráter privativo nos andares superiores.

Figura 52: Planta baixa térrea



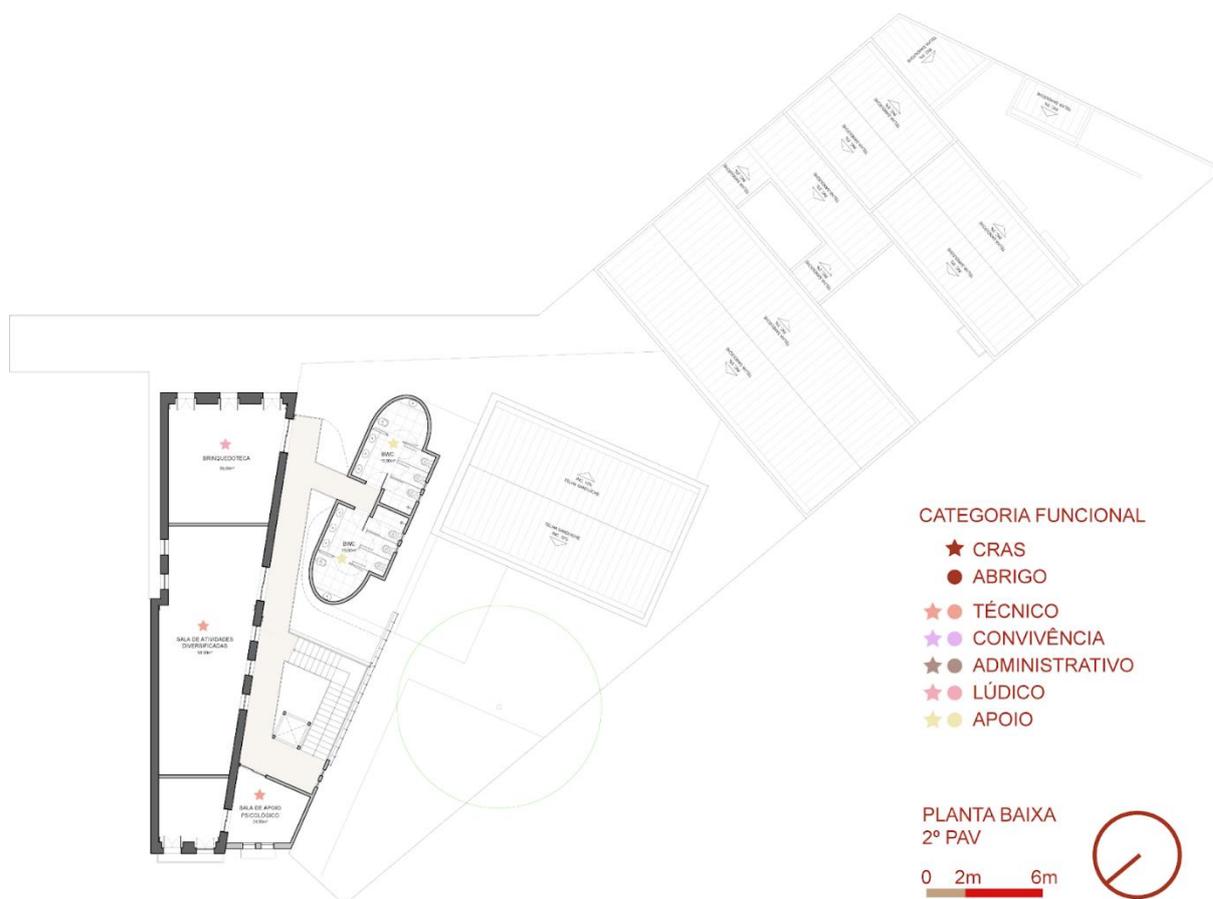
Fonte: Elaboração própria.

Figura x: Planta baixa 1º pavimento



Fonte: Elaboração própria.

Figura 53: Planta baixa 2º pavimento



Fonte: Elaboração própria.

A composição do anexo construído no lote 189 foi planejada de forma a retratar uma transição harmoniosa entre a linguagem histórica e a contemporânea. A fachada do anexo que se volta para a rua e compartilha espaço com a fachada do sobrado existente, foi concebida com base na compreensão dos padrões de complementaridade presentes nas duplas de sobrados da Rua da Glória. Dessa maneira, o ritmo e proporção das aberturas do sobrado vizinho foram reinterpretados de forma a recriar a noção de complementaridade perdida, porém com clara distinção temporal entre um e outro.

As aberturas da fachada são projetadas sobre uma lógica de alinhamento e continuidade ao padrão compositivo do sobrado existente, mas com variações de posicionamento vertical e das dimensões, postas de maneira que quebram o eixo de simetria convencional e cria uma nova leitura. O elemento de balcão e a marcação horizontal dos frisos também são recriados, sendo o saque dos frisos reinterpretados por meio da inclinação da estrutura da fachada na altura da linha de platibanda do sobrado vizinho. De maneira a adicionar mais dinamicidade à composição, essa

inclinação é interceptada pela janela superior direita do volume, que gera uma interação visual atrativa. O resultado é uma nova leitura da perspectiva da rua com relação à unidade conformada pela dupla.

No sobrado existente foi feita a recuperação dos elementos originais ainda existentes e a reversão da descaracterização do pavimento térreo. Para isso, resgatou-se a leitura dos portais originais em arco abatido, com a recuperação das dimensões e ritmo, a intervenção é realizada com o devido destaque, em plano recuado e com uso de novos materiais e cor para que possa ser facilmente distinguida da estrutura original.

Figura 54: Perspectiva dos edifícios do conjunto



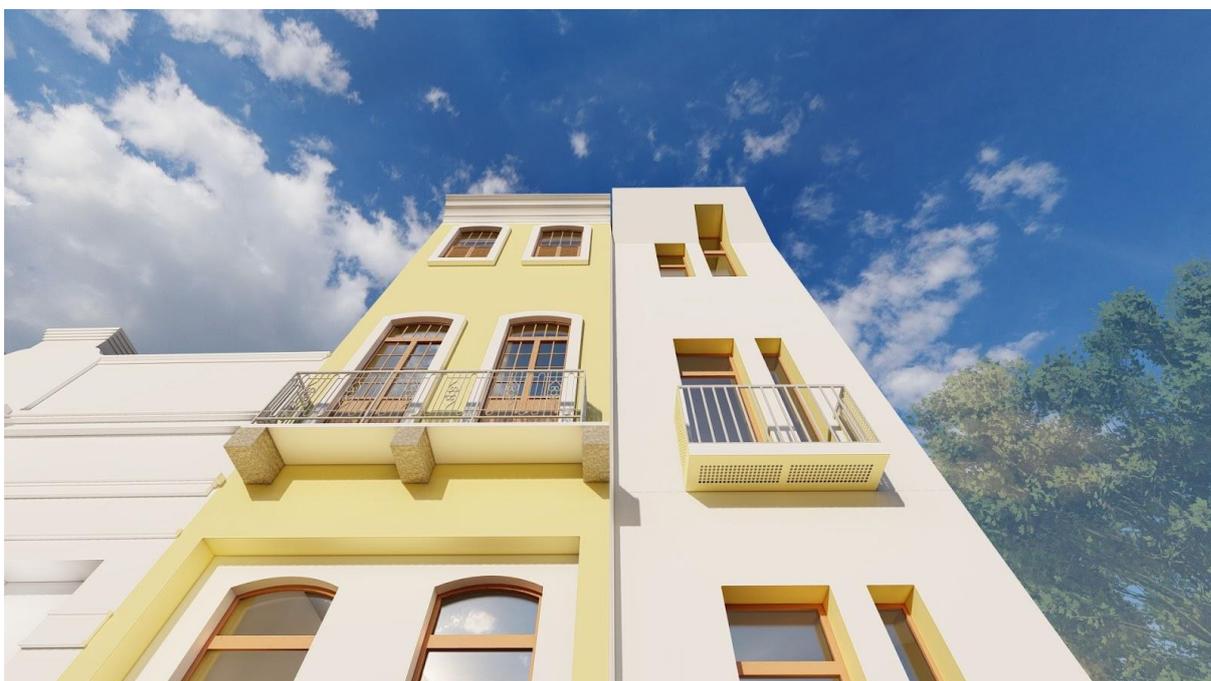
Fonte: Elaboração própria.

Figura 55: Perspectiva dos edifícios do conjunto



Fonte: Elaboração própria.

Figura 56: Perspectiva do sobrado existente e anexo proposto



Fonte: Elaboração própria.

A fachada lateral do anexo parte de uma releitura das características das empenas dos sobrados analisados e é dividida em três etapas compositivas, que se desenvolvem em planos distintos, gerando uma composição final não coplanar. A primeira etapa é marcada pela inserção de um volume prismático, que representa o

reco plano da empena antes da inclinação, e possui aberturas que insinuam os padrões dos sobrados coloniais. A segunda etapa é marcada pela inclinação da cobertura, que segue a angulação de 45° do sobrado vizinho. O trecho vazado, em chapa metálica perfurada, é colocado em plano avançado em relação ao prisma anterior e acompanha todo o desenvolvimento da inclinação da cobertura, associando-se, por fim, ao fragmento da empena remanescente do desabamento do antigo sobrado, a interação entre ambos delimita um dos acessos. Em plano recuado, o volume curvo dos banheiros representa a terceira e última etapa da composição, traz consigo uma ruptura da linguagem mimética e assume aspecto absolutamente contemporâneo. A essa face do volume é anexado à estrutura um prisma retangular sacado, que cria um contraponto à edificação histórica térrea, também prismática, posicionada imediatamente à frente.

Figura 57: Perspectiva lateral do anexo



Fonte: Elaboração própria.

Figura 58: Fachada lateral e interface com a edificação histórica térrea



Fonte: Elaboração própria.

A implantação do Abrigo Institucional no lote 193, onde também está situado o edifício histórico do início do século XX, apresentou desafios em relação à harmonia entre os volumes histórico e contemporâneo. Pretendeu-se que o novo edifício criasse espaços de caráter mais reservado, delimitados em seu próprio perímetro, sem a necessidade de colocação de barreiras como muros e grades. Para isso foi necessário compatibilizar aspectos funcionais a compositivos na construção de uma intervenção que se utilizasse do terreno de maneira racional e ao mesmo tempo mantivesse diálogo com a estrutura histórica. Dessa maneira os novos blocos foram implantados em desalinho à edificação histórica, ocupando o lote de ponta a ponta, ortogonalmente a sua angulação, porém respeitando a lógica de composição ditado pela preexistência.

Repetem-se os padrões de aberturas no pavimento térreo, com acesso por meio de portal central, este ladeado por pares de janelas. Já no pavimento superior, as varandas moduladas seguem a lógica das vazaduras circulares do óculos do edifício histórico, porém com quebra do eixo de simetria em sua extremidade esquerda. A marcação horizontal dos frisos, que acompanham a linha dos óculos, é reinterpretada na figura de um guarda corpo único, que arremata os módulos de varandas. Além disso, a abertura das varandas resgata o ângulo de implantação do

edifício preexistente e estabelece uma relação de paralelismo entre os planos da edificação histórica e do novo edifício.

Figura 59: Esquema de angulação das varandas



Fonte: Elaboração própria.

Figura 60: Perspectiva do Abrigo Institucional



Fonte: Elaboração própria.

O segundo bloco apresenta maior liberdade criativa, mas ainda mantém a lógica compositiva que orientou as outras decisões de projeto. Os acessos ao salão de convivência no térreo e à sala de estudos no primeiro pavimento são feitos por meio de rasgos no prisma de composição purista. Esses rasgos criam terraços com vista para o pátio central e também destacam o volume dos banheiros. O volume prismático é dividido em duas seções, determinadas pela interceptação da passarela de conexão do pavimento superior. Na extremidade direita do bloco, conectado à sala de estudos, é inserido balcão com vista para o pátio central, inspirado nos padrões da arquitetura colonial dos sobrados frontais. Essa adição é uma forma de demonstrar que todo o projeto trata-se de uma unidade, que combina elementos das tendências estéticas distintas dos edifícios históricos, junto à adição de uma linguagem contemporânea.

Figura 61: Perspectiva interna do Abrigo Institucional



Fonte: Elaboração própria.

Figura 62: Perspectiva interna do Abrigo Institucional

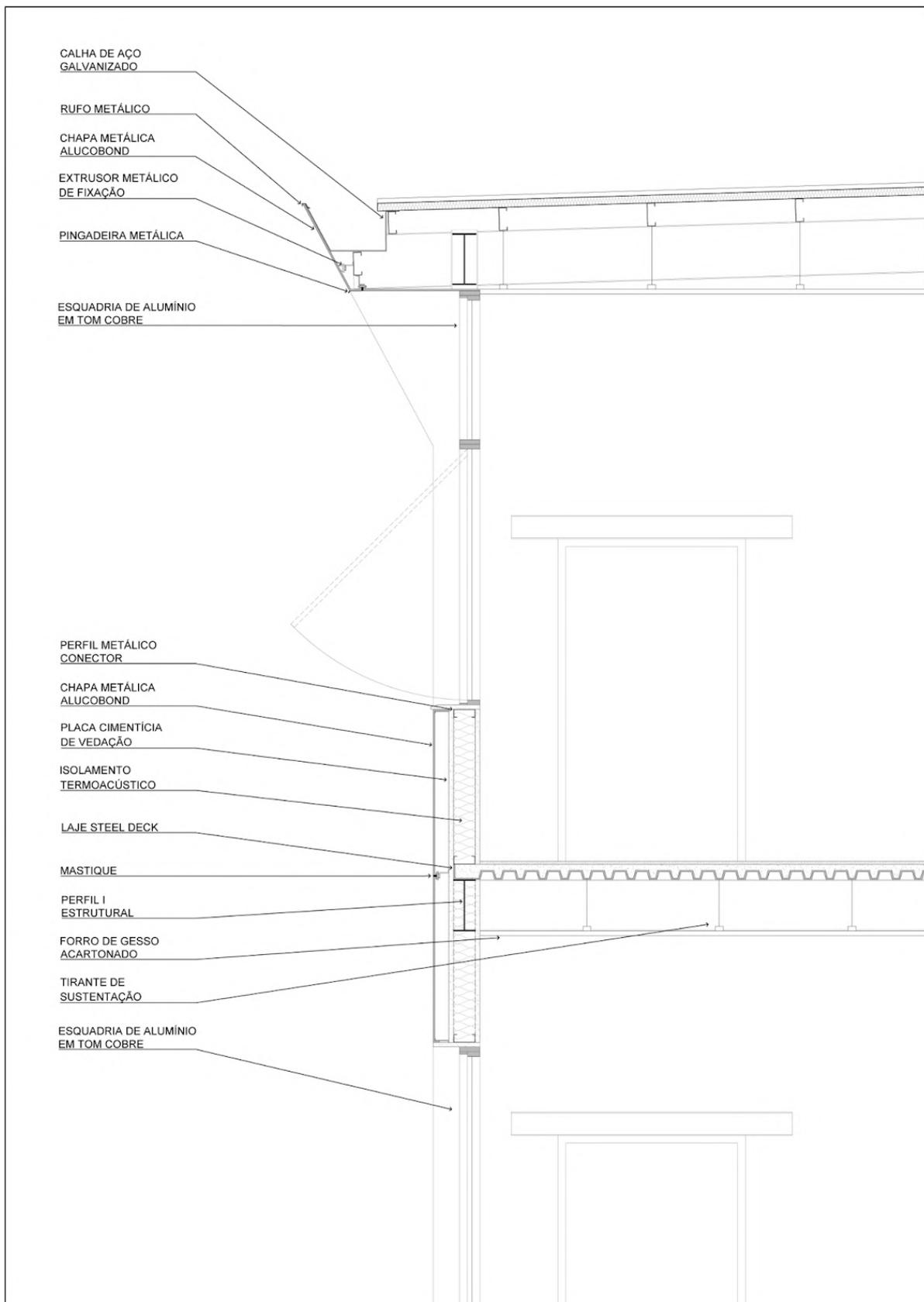


Fonte: Elaboração própria.

A escolha da utilização de sistema estrutural metálico, tanto nas ações de requalificação e adaptação dos edifícios históricos, quanto na construção dos novos edifícios, foi baseada no princípio da reversibilidade, que aponta a necessidade de minimizar intervenções de caráter permanente em estruturas históricas. A utilização

de elementos pré-fabricados viabiliza maior facilidade de remoção futura, caso necessário, além de, enquadrar o conceito de construção seca, que reduz o tempo da obra e o volume de resíduos gerados, com isso contribui para alinhamento do projeto às boas práticas de sustentabilidade, inclusive propiciando a reutilização dos materiais empenhados num cenário posterior de desmonte dos edifícios. Dentro do mesmo princípio, as vedações foram feitas utilizando placas cimentícias pré-fabricadas, fixadas a perfis metálicos e preenchidas por material termo-acústico. Seguidamente, são anexadas às placas cimentícias painéis metálicos de revestimento. O objetivo das escolhas é dispensar o uso de argamassa e água em todo o processo construtivo.

Figura 63: Corte tectônico do anexo do lote 189.



Fonte: Elaboração própria.

A estrutura do conjunto foi dividida em cinco sistemas estruturais distintos, que contemplam individualmente cada bloco que compõe o conjunto, tanto os históricos existentes quanto os novos anexos. Na primeira seção do projeto, que corresponde aos lotes com tipologia de sobrados coloniais, a disposição dos elementos estruturais obedece a lógica cônica inerente ao tipo arquitetônico e não possui modulação regular.

No sobrado existente, de número 187, a estrutura metálica corre junto às extremidades interiores e serve para estabilização das empenas, além de suportar as lajes e a cobertura projetadas. No volume anexo, de número 189, a estrutura se divide conforme os momentos compositivos. Na primeira metade do edifício, assume sistema tradicional, com vigas biapoiadas que conformam o prisma trapezoidal, estruturam a fachada vazada e apoiam a cobertura principal, além de servir de apoio às escadas. No segundo momento a estrutura é fragmentada, se estabelece uma linha de pilares para sustentar as passarelas postas em balanço. O volume curvo dos banheiros possui estrutura independente, de maneira a garantir sua liberdade no vão e a sustentação da caixa d'água, possui conexão com as passarelas no ponto de acesso destas aos banheiros. A estrutura da cobertura nessa seção é feita a partir do cruzamento dos três sistemas que compõem o edifício.

A estrutura dos edifícios do lote 193, tanto o histórico preexistente quanto o edifício proposto do Abrigo Institucional, permitiu a utilização de uma estrutura modulada que racionaliza o processo construtivo. No edifício histórico, a estrutura corre nas extremidades do retângulo que conforma sua planta, na nova construção, cada volume possui sua própria estrutura, sendo que o primeiro volume apresenta uma estrutura recuada em relação às varandas e ao corredor de acesso aos quartos, com balanços equilibrados, a fim de permitir a fluidez da composição. O segundo volume sustenta a estrutura da caixa d'água e possui sistema de vigas biapoiadas, sem elementos em balanço, enquanto as passarelas e a cobertura intermediária se conectam à estrutura de ambos os volumes.

Figura 64: Esquema estrutural



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. **Patrimônio cultural e rememoração: notas preliminares sobre o valor de antiguidade**. Revista CPC, São Paulo, n.32, p. 7-32, 2011.

AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. **Valor de antiguidade, conservação e restauro**. PosFAUUSP, São Paulo, v.19, n.32, p. 38-61, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

CAMARA, Pedro Silveira; PAIVA, Gabriela dos Santos; SILVA, Sofia Carderelli Rosa e. **Camillo Boito, o teórico moderado do restauro**. Vitruvius - Resenhas Online, n.218, s.l, 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/19.218/7636>.

CARMO, Fernanda Heloísa do et al. **Cesare Brandi: uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia**. In: Vitruvius - Arquitectos, n. 189, s.l, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>.

CARTA DE ATENAS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2001.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. Vitruvius - Resenhas Online, n.32 s.l, 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>.

CUNHA, C. R.; KODAIRA, T. K. **O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso**. In: 8.º Seminário DOCOMOMO Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, Fernanda Ghirotto. **O Lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE**. Dissertação (mestrado), IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a carta de Veneza**. In: Conservação e restauração, 2010, São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. Revista CPC, São Paulo, n.1, p. 16-40, 2006.

LUDERMIR, Iana Bernardino. **Para morar no centro histórico: condições de habitabilidade no sítio histórico da Boa Vista**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LUDERMIR, Rosa Bernarda. **Um lugar judeu no Recife: A influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da Boa Vista pela imigração judaica na primeira metade do século XX**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Do restauro à recriação**. Vitruvius - Arqutextos, n.179, s.l, 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arqutextos/15.179/5534>.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Entre o restauro e a recriação: reflexões sobre intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas**. EDUFBA, Salvador, 2022.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O equilíbrio em Camillo Boito**. Vitruvius - Resenhas Online, n.86, s.l, 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O idealismo de Viollet-le-Duc**. Vitruvius - Resenhas Online, n.87, s.l, 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>.

RECIFE. **Lei Complementar nº 2, de 23 de abril de 2021**. Plano Diretor do Recife. Recife: Diário Oficial do Município do Recife, Recife, 2021.

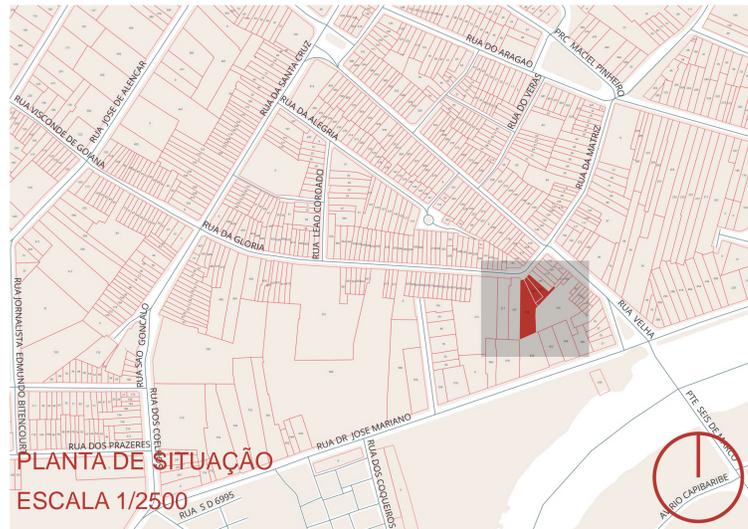
RECIFE. **Lei nº 18046, de 08 de dezembro de 2014. Regulamenta a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH-08) Boa Vista, instituindo o Plano Específico para os Setores de Preservação Ambiental (SPA), de acordo com o estabelecido nos artigos 103, II; 115, 117, c/c 147, I, I; 193, XII e 194 da Lei Municipal nº 17.511/2008 e dá outras providências**. Diário Oficial do Município do Recife, Recife, 2014.

RECIFE. **Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPP**. Recife: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, 2020.

RECIFE. **Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife: SANEAR, 2014.

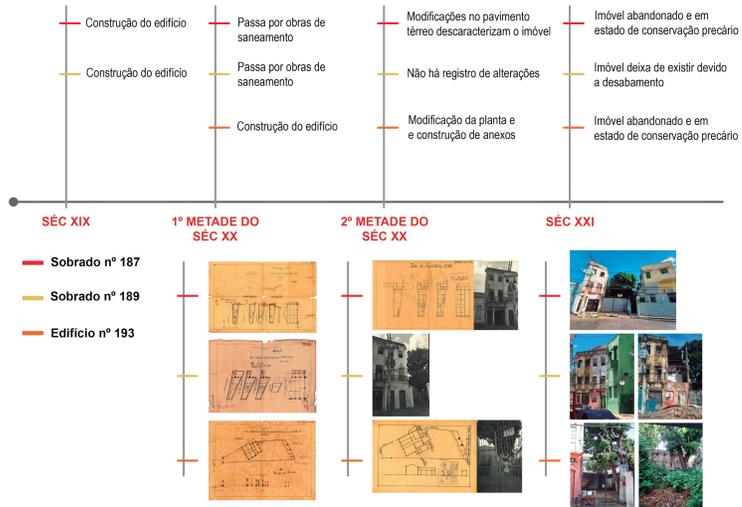
RECIFE. **Lei Ordinária nº 16176, de 11 de outubro de 1996**. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Diário Oficial do Município do Recife, Recife, 1996.

VIEIRA, Natalia Miranda de Araújo. **Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

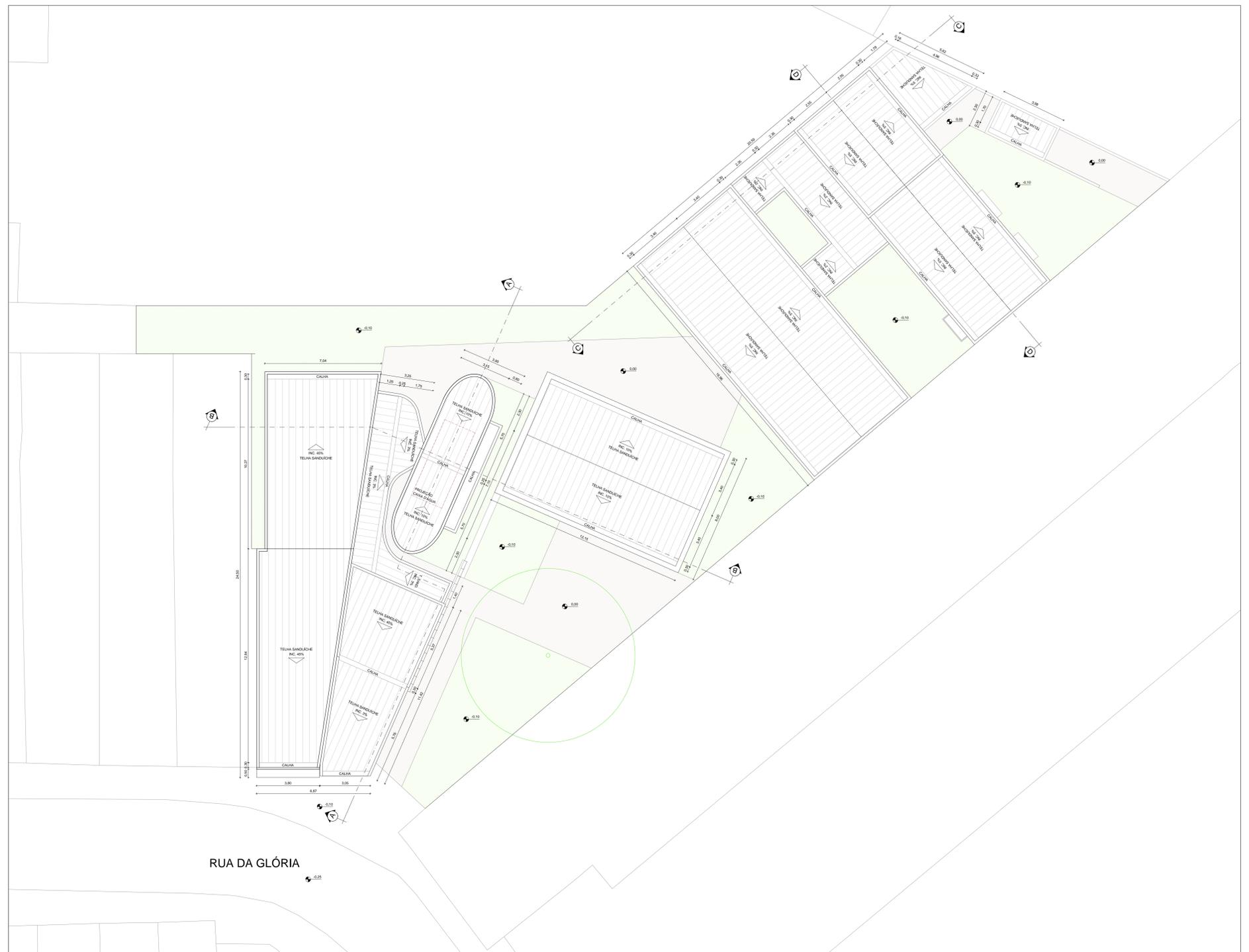
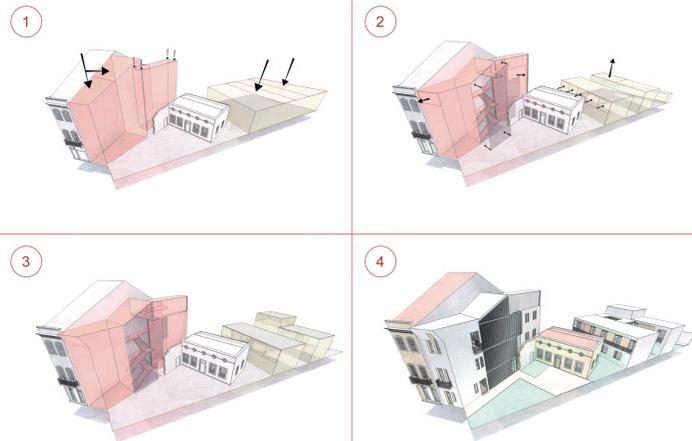


PLANTA DE SITUAÇÃO  
ESCALA 1/2500

LINHA DO TEMPO DAS EDIFICAÇÕES



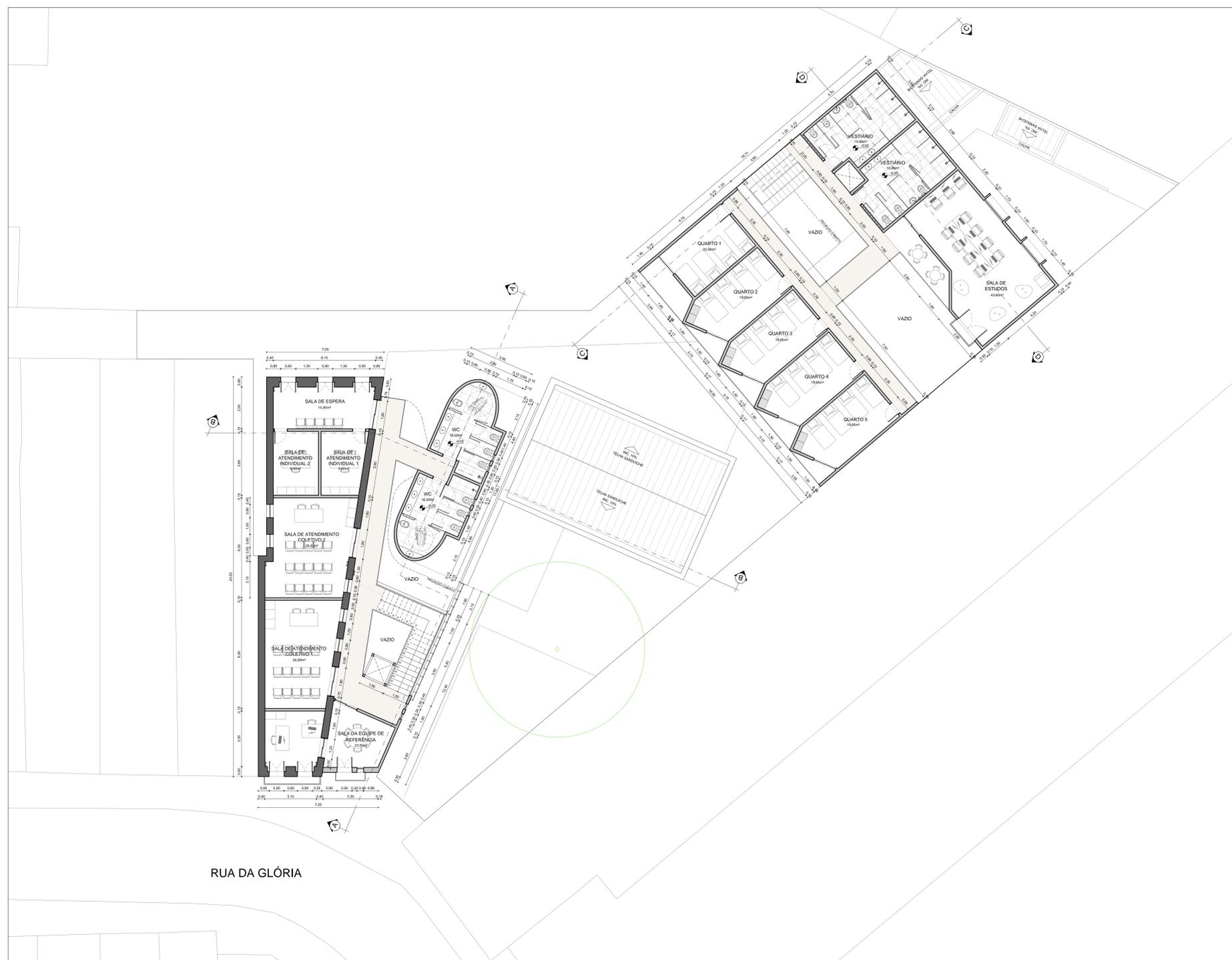
ESQUEMA VOLUMÉTRICO



PLANTA DE COBERTA  
ESCALA 1/100

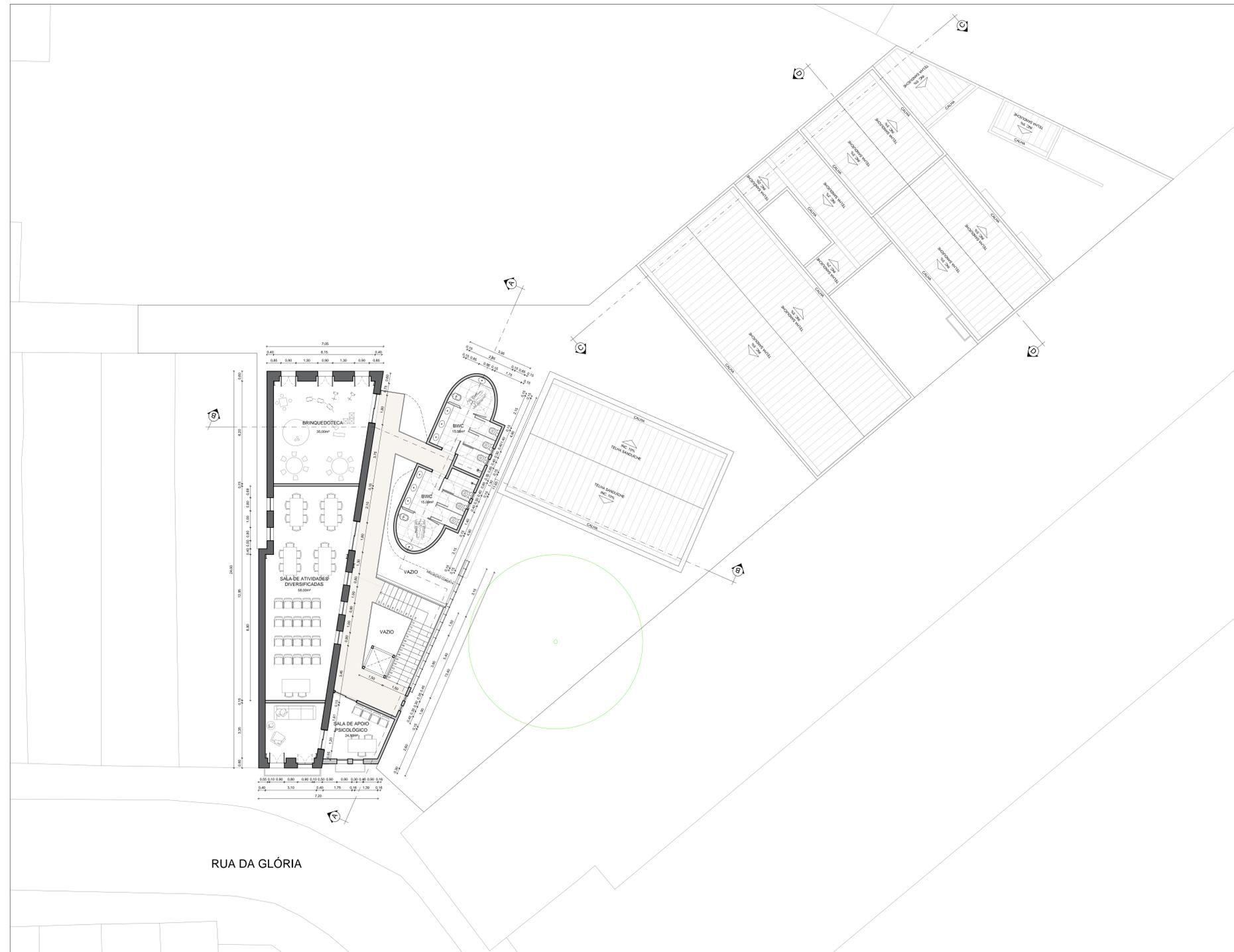


PLANTA BAIXA TÉRREO  
 ESCALA 1/100



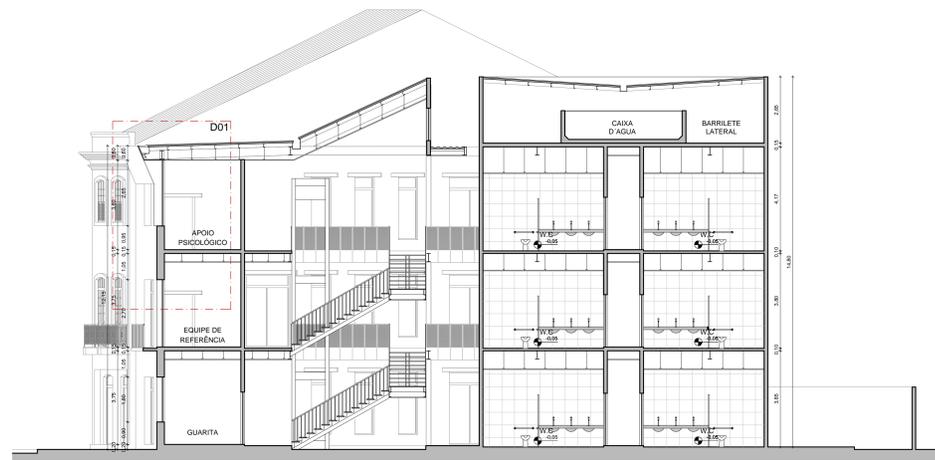
PLANTA BAIXA TÉRREO  
ESCALA 1/100





PLANTA BAIXA TÉRREO  
ESCALA 1/100

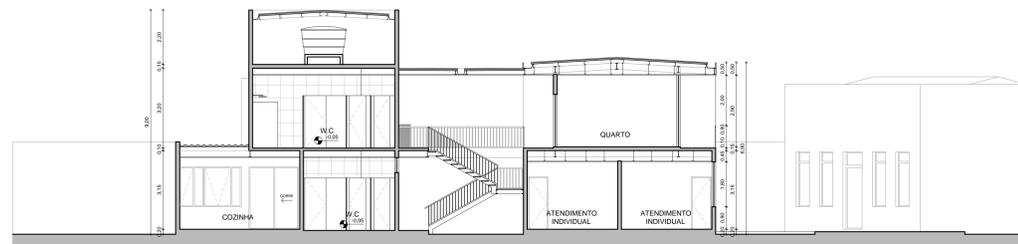




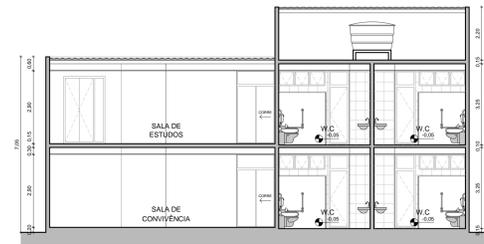
CORTE A  
ESCALA 1/100



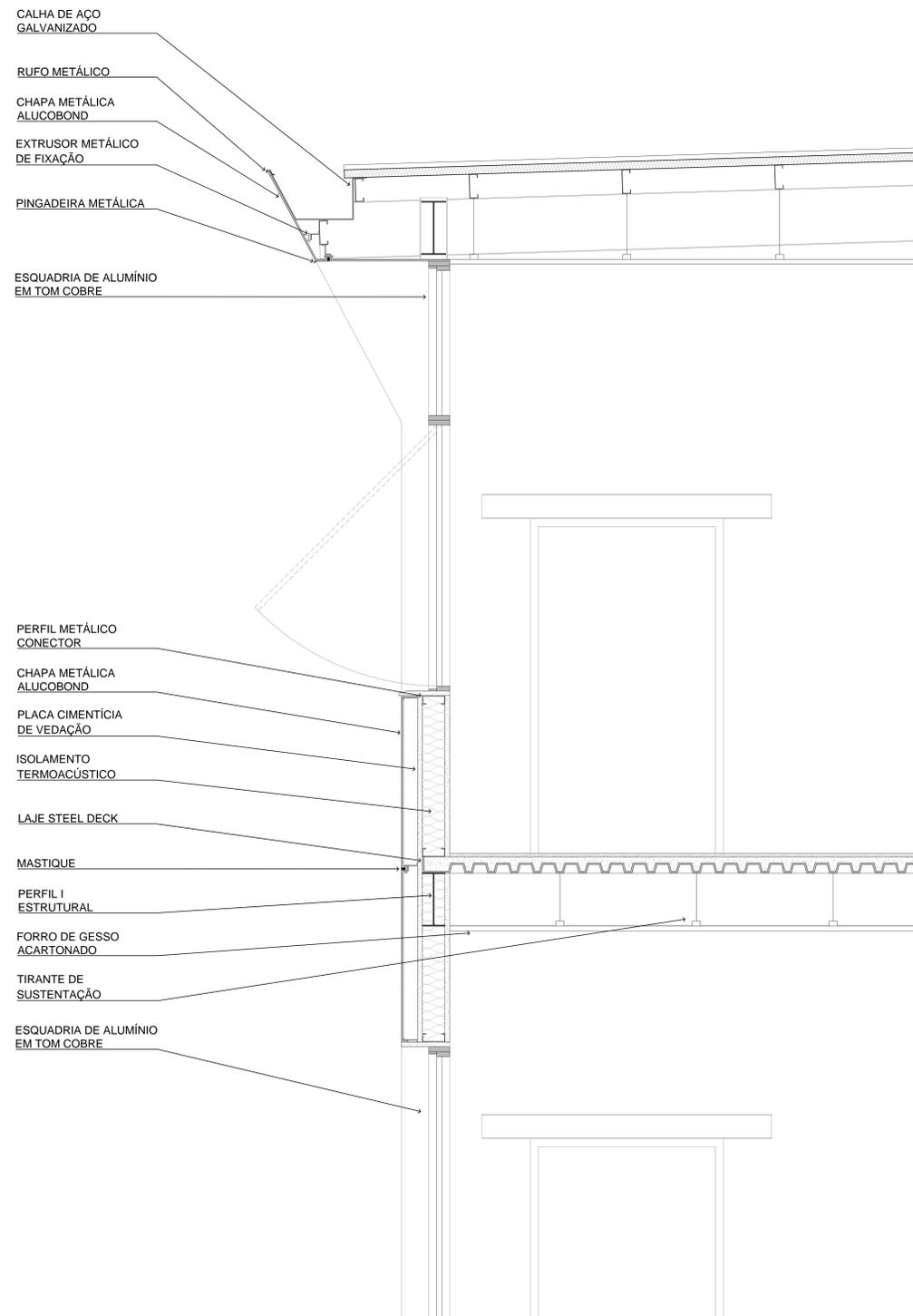
CORTE B  
ESCALA 1/100



CORTE C  
ESCALA 1/100



CORTE D  
ESCALA 1/100



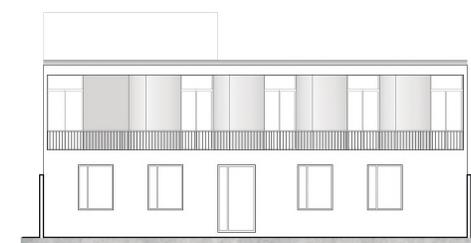
CORTE DETALHADO  
ESCALA 1/20



FACHADA NOR-NOROESTE (CRAS)  
ESCALA 1/100



FACHADA NORDESTE (CRAS)  
ESCALA 1/100



FACHADA NORTE (CRAS)  
ESCALA 1/100

PERSPECTIVA 1



PERSPECTIVA 2



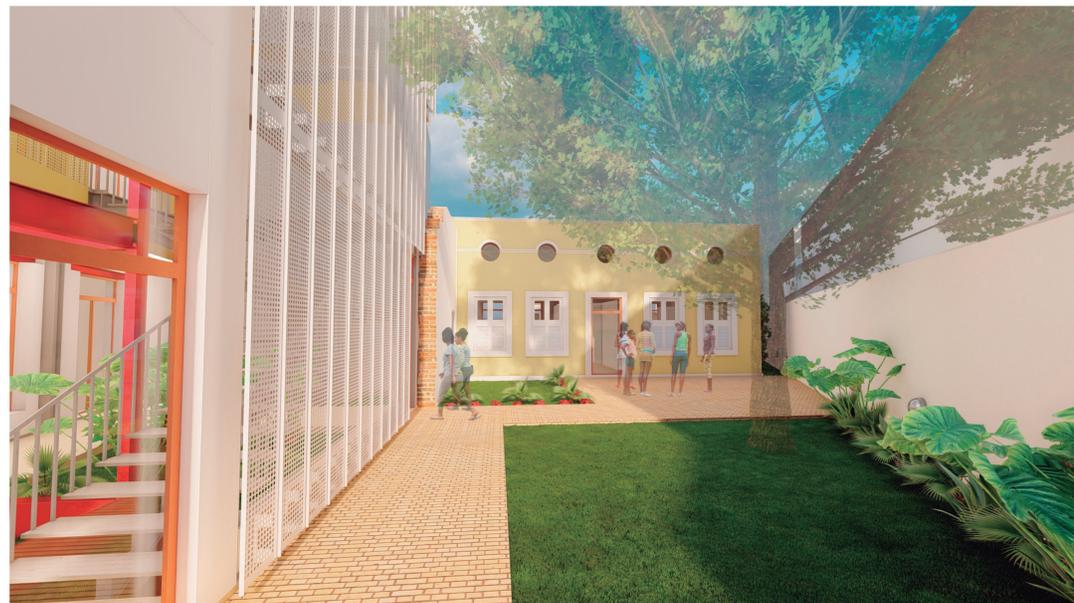
PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4



PERSPECTIVA 1



PERSPECTIVA 2



PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4



PERSPECTIVA 1



PERSPECTIVA 2



PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4



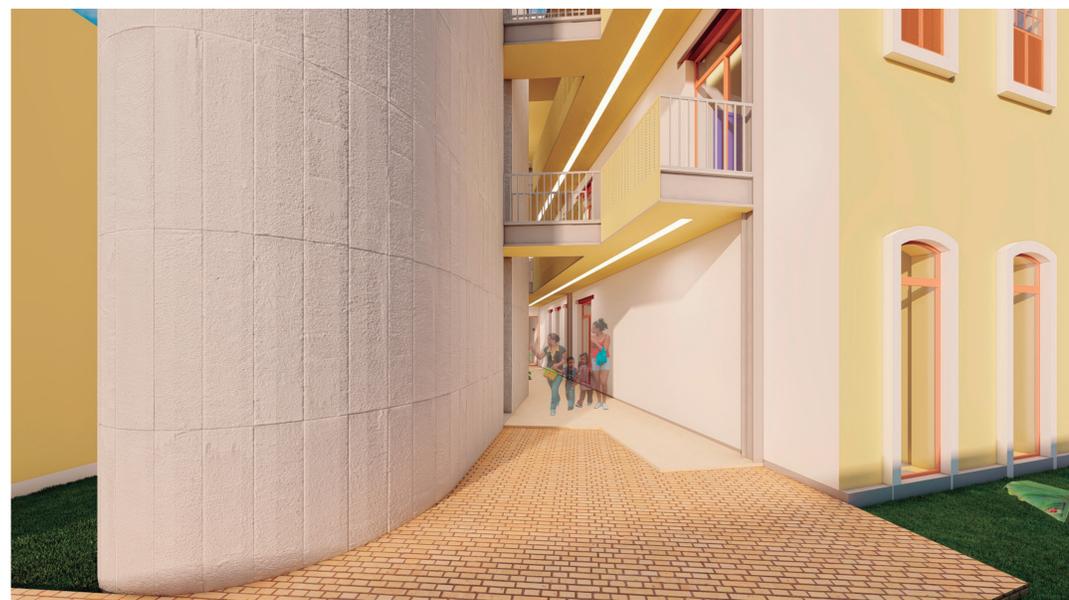
PERSPECTIVA 1



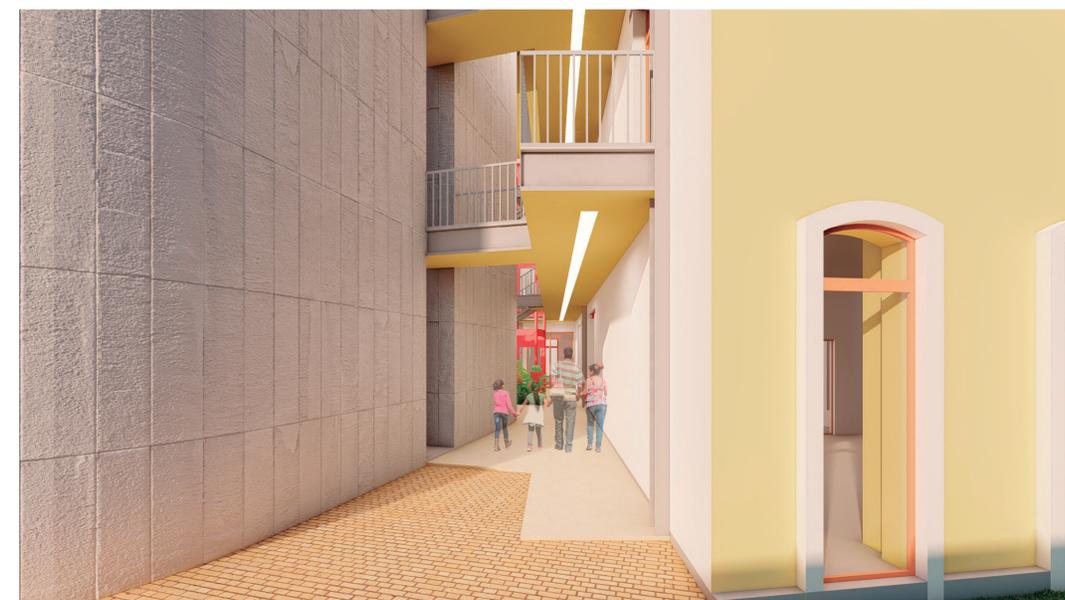
PERSPECTIVA 2



PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4



PERSPECTIVA 1



PERSPECTIVA 2



PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4



PERSPECTIVA 1



PERSPECTIVA 2



PERSPECTIVA 3



PERSPECTIVA 4

